

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO

**COLETIVOS DE MULHERES NEGRAS NO INTERIOR
PAULISTA: MODOS DE MOBILIZAÇÃO,
ORGANIZAÇÃO E AÇÕES**

BAURU

2022

**COLETIVOS DE MULHERES NEGRAS NO INTERIOR
PAULISTA: MODOS DE MOBILIZAÇÃO,
ORGANIZAÇÃO E AÇÕES**

Monografia de Iniciação Científica
apresentado à Coordenadoria Geral de
Extensão do Centro Universitário Sagrado
Coração - Bauru/SP.

BAURU

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de
acordo com ISBD

O48c

Oliveira, Milena Bezerra de

Coletivos de mulheres negras no interior paulista:
MODOS de mobilização, organização e ações / Milena
Bezerra de Oliveira. -- 2022.

62f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lourdes Madalena Gazarini
Conde Feitosa

Monografia (Iniciação Científica em História) - Centro
Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru
- SP

1. Mulheres negras. 2. Articulações. 3. Relações de

Elaborado por Lidyane Silva Lima - CRB-8/9602

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a todas que vieram antes de mim, às que permanecem e às que vem depois. Dedico a todas que não tiveram voz e àquelas que só foi permitido o silêncio. Dedico àquelas que pavimentaram o caminho para que pudéssemos cruzar novas estradas e edificar novas realidades. Dedico àquelas que me ofereceram acolhimento, reconhecimento e consciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e pelo auxílio na superação de todas as dificuldades que se deram durante esse extenso percurso.

À minha família, por todo amor e apoio, especialmente ao meu maior amor, minha mãe, que é ponto constante de calma nos momentos mais turbulentos e nebulosos.

Minha profunda gratidão e reconhecimento à minha orientadora, Lourdes Feitosa, que me mostrou caminhos e acendeu as luzes para que eu os cruzasse. Sua orientação e apoio vão além desta pesquisa e os meus aprendizados não cabem nessas folhas que se seguem. Agradeço por todo o fortalecimento, nada passou despercebido e os benefícios são para a vida.

À minha namorada, Natasha Mello, por todo acolhimento e pelas vastas conversas sobre todos os pequenos e grandes avanços, por todo espaço de escuta que me foi ofertado em momentos de dúvida, estagnação e contentamento. Você tem sido um dos meus maiores referenciais de autorreconhecimento como mulher preta, e partilhar com você as riquezas e o afeto que esse trabalho me possibilitou, é indescritível e não cabe somente em agradecimentos.

Às minhas amigas, que se desdobraram por mim quando eu não pude me dispor integralmente, e me deram força no cotidiano e nos nossos demais projetos, enquanto me dedicava a essa pesquisa. Em especial, agradeço minha amiga Mayara Lopes, que sempre disponibilizou todos os recursos que estiveram ao seu alcance e foi meu auxílio prático e intelectual nessa pesquisa e na vida, e à minha amiga Luciane Perotta, que foi parceira e apoio durante essa trajetória.

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pela bolsa de estudos que viabilizou minha dedicação a esse trabalho, tão apreciado por mim.

RESUMO DA PESQUISA

A presente pesquisa analisou as articulações de mulheres negras em movimentos específicos por elas organizados em municípios do Estado de São Paulo, esses, Araraquara, Bauru, Campinas e Ribeirão Preto, com a finalidade de compreender suas organizações, especificidades, práticas e seus componentes, desde suas ideologias e propostas até o seu corpo atuante. Procurou-se observar como essas organizações se relacionam com o tempo e espaço ao qual se inserem e como esses fatores refletem na comunidade em que se assentam e nas mulheres que buscam atender. Sobretudo, o estudo proposto teve por intuito referenciar quem são essas mulheres e como se articulam na busca por contribuir com o campo de estudo dos movimentos sociais, bem como com a construção da história dessas mulheres. Foi realizada uma sondagem nas plataformas 'Facebook' e 'Instagram', por meio de palavras-chave, à busca de perfis de coletivos que estivessem ativos na rede e na seleção daqueles que apresentavam mais atividades e engajamentos em suas comunidades de origem e nas redes sociais. Foi possível analisar como esses coletivos se organizam em conformidade com as propostas gerais de cada coletivo; suas demandas e singularidades regionais a partir da intersecção de raça, gênero e classe social; modos de pensamentos e ação; e como tais atividades influenciaram na transformação da realidade das mulheres negras neles integrantes. A importância desta pesquisa se apresenta no debate e na reflexão apresentada acerca desses coletivos, no conhecimento da complexidade de suas articulações e nas estratégias de autoafirmação, autorreconhecimento e de superação de situações excludentes e opressoras propostas por suas integrantes. A metodologia usada ampara-se nos procedimentos de natureza documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Mulheres negras. Articulações. Relações de gênero. Racismo. Interseccionalidade.

ABSTRACT

This research analyzed the articulations of black women in specific movements organized by them in municipalities of the State of São Paulo, these, Araraquara, Bauru, Campinas and Ribeirão Preto, in order to understand their organizations, specificities, practices and their components, from their ideologies and proposals. We sought to observe how these organizations relate to the time and space to which they are inserted and how these factors reflect on the community in which they are based and on the women they seek to serve. Above all, the proposed study aimed to reference who these women are and how they articulate themselves in the search to contribute to the field of study of social movements, as well as to the construction of the history of these women. A survey was carried out on the 'Facebook' and 'Instagram' platforms, using keywords, in the search for profiles of collectives that were active on the network and in the selection of those that presented more activities and engagements in their communities of origin and in the social networks. It was possible to analyze how these collectives are organized in accordance with the general proposals of each collective; their demands and regional singularities from the intersection of race, gender and social class; modes of thought and action; and how such activities influenced the transformation of the reality of the black women who were part of them. The importance of this research is presented in the debate and reflection presented about these collectives, in the knowledge of the complexity of their articulations and in the strategies of self-affirmation, self-recognition and overcoming excluding and oppressive situations proposed by their members. The methodology used is supported by procedures of a documentary and bibliographic nature.

Keywords: Black women. Articulations. Gender relations. Racism. Intersectionality.

SUMÁRIO

CARDOSO, Cláudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Estudos Feministas , Florianópolis, 2014.	60
--	----

1. INTRODUÇÃO

A história das mulheres negras, sobretudo no Brasil, acumula anos de invisibilidade e ostracismo, de maneira a refletir em seu espaço social como atuantes políticos, em termos de direito e cidadania. Ao experimentarem o mais alto nível de vulnerabilidade, opressão e injustiça social, tiveram de estabelecer espaços de interlocução capazes de promover algum nível de mudança no cotidiano. Os espaços construídos resultaram em novas identidades coletivas e incidu sobre organizações político-institucionais; compreendeu a emergência de novos atores sociais, juntamente com diferentes modos de expressão e de fazer política (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 454-5).

O estudo dessas novas articulações se faz necessário em razão da ampliação do debate e da reflexão acerca da tomada de complexidade desses coletivos, concomitante às identidades de suas atuantes. Ademais, aplica contribuição ao campo de estudo dos movimentos sociais em função do “processo de “descentramento” das identidades políticas, as quais são complexificadas a partir de sua “transversalização” na formulação de políticas públicas” (ABDALLA, 2020, p. 6).

Ao focar na realidade das mulheres negras, percebe-se que são afetadas por diversificadas formas de opressão como, por exemplo, o racismo, a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho, salários menores, o sexismo, a LGBTTTQIAfobia. Com a ampliação das discussões a respeito do racismo e do feminismo, observou-se a presença ínfima de mulheres *negras* em ambos os campos, situação por si só importante para que o estudo das mulheres *negras*. “[...] estudos de e com mulheres *negras* são capazes de gerar materiais que tenham implicações tanto para as maneiras pelas quais “raça” e gênero têm sido teorizados até agora quanto para a teoria social geral” (KILOMBA, 2008, p.109).

A análise acerca das articulações de mulheres negras no campo social e político se mostra como uma das principais ferramentas de autoafirmação e auto reconhecimento, pontes que possibilitam identificar os delineamentos históricos do

referido grupo, ao passo que constroem aparatos teóricos que viabilizam práticas de superação da opressão sistematizada pelas classes dominantes.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Abolida a escravidão em 1888, nenhum projeto de inserção social ou reparação fora desenvolvido a fim de integrar social e economicamente os então ex-escravos na sociedade brasileira. Estes foram abandonados à própria sorte em um momento de grandes mudanças sociais, econômicas e de regime político (STEPAN, 2004, p. 336). Um ano após a abolição, a República é proclamada no Brasil, no entanto, o novo sistema político não assegurou profícuos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra (DOMINGUES, 2007, p. 102). Dessa maneira, trata-se de uma população historicamente negligenciada e que vive às margens da sociedade.

Para reverter o quadro de marginalização no alvorecer do sistema republicano, a população negra passa a instituir movimentos de mobilização no Brasil. Inicialmente, esses movimentos eram constituídos por meio de grêmios, clubes e associações com atribuições de assistir os necessitados e propiciar atividades culturais e de recreação. O movimento negro cresce qualitativamente com a fundação do Centro Cívico de Palmares, em 1926, e da Frente Negra Brasileira, em 1931, e estas são as primeiras organizações negras com pautas políticas mais claras e deliberadas (DOMINGUES, 2012, p. 106).

Na primeira metade do século XX, A Frente Negra Brasileira foi:

a mais importante entidade negra do país. Com “delegações” – espécie de filiais – e grupos homônimos em diversos estados (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), arregimentou milhares de “pessoas de cor”, conseguindo converter o Movimento Negro Brasileiro em movimento de massa (DOMINGUES, 2012, p. 106).

É na segunda metade do século XIX que ocorrem as primeiras movimentações feministas no Brasil, as quais se resumiam a um seleto grupo de mulheres da elite brasileira que passam a integrar o movimento abolicionista e a editar

jornais que exigiam a emancipação feminina. Mas é efetivamente em 1922 que ocorre o primeiro Congresso Feminino pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (AZEVEDO; MEDRADO; LYRA, 2018). O movimento toma corpo e composição no Brasil em função “da própria condição da mulher, cuja unidade enquanto gênero é recortada por outros referencias fundamentais de sua identidade” (SARTI, 1988, p. 39). Trata-se, portanto, de uma composição heterogênea, a qual remete às condições específicas da sociedade brasileira em razão de sua forte pluralidade interna e amplo contexto político no qual se desenvolveu (SARTI, 1988).

Com a ditadura do “Estado Novo”, implementada por Getúlio Vargas no período de 1937 a 1945, os movimentos negros e feministas, concomitantes a outras organizações civis e partidos políticos, foram reprimidos e esvaziados tendo em vista a violenta repressão política a todos os espaços de ação e aglutinação dos grupos que contestavam as políticas governamentais (DOMINGUES, 2012, p. 107).

As organizações negras e feministas reaparecem no cenário nacional na década de 1970, marcadas por reivindicações a respeito da cidadania e redemocratização do país, em resposta às incursões ditatoriais que assolavam o Brasil com a ditadura militar (1964-1985). O ano de 1975 foi o marco do reaparecimento de organizações feministas no Brasil e 1978 o de criação do Movimento Negro Unificado (MNU), em São Paulo (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 449) Articulações que refletiam sobre questões relacionadas às mulheres negras nascem a partir da crítica realizada por ativistas e pensadoras negras, que passam a indicar a ausência de abordagens interseccionais no que tange às reflexões de gênero, “raça” e classe social nos movimentos sociais vigentes na sociedade brasileira desde o início do sistema republicano.

Nessa perspectiva, estas mulheres negras passaram a se organizar em pequenos coletivos, articulados a partir da interlocução entre o movimento Feminista e Negro; no feminismo, em razão das problemáticas acerca de gênero, acarretadas pelo sistema patriarcal, e no movimento negro, em função das questões raciais, promovidas pelo racismo institucional. Segundo Carneiro (2003), estes coletivos “enegreciam” a agenda do movimento feminista e “sexualizavam” suas pautas. O Movimento de Mulheres Negras brasileiro ganha força e adentra no cenário público

como sujeito político a partir da realização do II Encontro Feminista Latino-Americano, realizado em Bertioga no ano de 1985, e do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, em 1988 (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 451).

Entretanto, como outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Desse modo, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade (CARNEIRO, 2003, p.118). Isso indicava que tal perspectiva não só invisibilizava a história das mulheres negras, mas também afastava suas especificidades para um segundo plano (VIANA, 2006, p.112).

A experiência dessas mulheres no interior desses movimentos as assenta em locais de não-pertença:

Mulheres *negras* têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre o racismo no qual o *sujeito* é o homem *negro*; um discurso genderizado no qual o *sujeito* é a mulher *branca*; e um discurso de classe no qual a “raça” não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria (KILOMBA, 2008, p.97).

Segundo Grada Kilomba, a literatura sobre o racismo falhou em abordar as questões específicas das mulheres negras, em especial na articulação entre gênero e sexualidade com o tema de “raça”. Da mesma maneira falhou a literatura feminista ocidental em reconhecer que o gênero afeta as mulheres de outros grupos racializados de modo singular daquele que atinge as mulheres brancas (2008, p. 96-97).

As disputas políticas entre mulheres negras, mulheres brancas e homens negros já haviam deixado clara a necessidade de se pensar gênero e raça de maneira conjunta, pois o cruzamento dessas duas variáveis mostrava de maneira inequívoca o lugar ocupado pelas mulheres negras na pirâmide social (Rodrigues; Prado, 2010, p. 450). Tratava-se de um ambiente marcado pela contradição, invisibilidade e pelo apagamento, sustentado pela polarização do mundo em negros, de um lado, e mulheres do outro, situando as mulheres negras ao meio (MIRZA, 1997).

O impacto conjunto da opressão “racial” e de gênero leva a formas únicas de racismo, que constituem experiências de mulheres *negras* e outras mulheres racializadas¹ (KILOMBA, 2008, p.99). Essa atuação simultânea, em conjunto com as reflexões acerca da classe social dessas mulheres, traz perspectivas não somente na constituição, mas na atuação e no desenvolvimento desses coletivos, fator que também se reflete na vivência particular das mulheres que os constituem (SILVA, 2018).

O dilema teórico no qual os conceitos de “raça” e “gênero” se fundem perpetuava a invisibilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos; daí a necessidade de que tais narrativas fossem e sejam analisadas de maneira separada (KILOMBA, 2008, p. 98). Neste processo de emergência das organizações de mulheres negras a inspiração inicial foi o desejo de liberdade e o resgate de humanidade negada pela escravidão; em um segundo momento, as articulações nacionais de mulheres negras desenham a elas novos cenários e perspectivas com a possibilidade de recobrirem as perdas históricas (CARNEIRO, 2003, p.129)

Essas primeiras articulações tiveram papel fundamental na formação de outros coletivos e movimentos de mulheres negras por todo o Brasil a partir de 1980, viabilizando a abertura de redes de diálogo e trocas não somente regionais, mas internacionais (ABDALLA, 2020). A expansão dos coletivos a diferentes regiões brasileiras é marcada pela formação de organizações que detêm a mesma luta central, mas diferem entre si em especificidades, conforme a região em que se acomodam. Os coletivos de mulheres passam a se articular conforme as demandas territoriais, pois “nota-se também que a constituição, atuação e desenvolvimento refletem a vivência das mulheres que o constituem” (2018, p. 4).

Os coletivos se propagam a partir da eminente necessidade de criar referências particulares, nas quais as mulheres negras não estejam submetidas às pautas gerais dos movimentos Negro e Feminista, mas que sejam porta-vozes de suas próprias

¹ Conforme Monsma (2013), o conceito de “racialização” abarca o processo de essencializar um grupo étnico, dessa maneira, se trata da tendência de perceber qualidades intrínsecas e duradouras de um dado grupo de suposta origem comum. Sobretudo, trata-se de um marcador das diferenças essenciais, o qual busca justificar o tratamento desigual a partir das diferenças identitárias.

narrativas (RIBEIRO, 1995 *apud* RODRIGUES; PRADO, 2010). Dessa maneira, é através desses coletivos que as mulheres negras passam a ter suas especificidades devidamente consideradas, tanto no campo identitário, quanto na prática política, em conformidade com as demandas de seu tempo e espaço. Assim nascem os coletivos de mulheres negras de caráter “independente”.

A articulação e consolidação dessas organizações marcam o reconhecimento pelas mulheres negras de si mesmas como sujeitos de maior exposição à opressão e injustiça política e social, e é através desse reconhecimento que essas articulações passam a ter por base teórica e metodológica a interseccionalidade de gênero, classe social e pertencimento étnico-racial.

A interseccionalidade corresponde a uma conceituação que busca apreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. A proposta é de uma análise que não separa as formas estruturais de opressão, a qual incide sobre ações e políticas específicas que fluem ao longo de tais eixos, constituindo assim, aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento (CRENSHAW, 2002). Acerca dos movimentos de mulheres negras, a interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p.177).

Conforme Migliorin (2012), os coletivos são formações de blocos de interesses, afetos, diálogos, experiências aos quais certo número de pessoas adere com o propósito de reafirmar e transformar esse mesmo bloco como centro de convergência, não somente de pessoas e práticas, mas de trocas e mutações. Dessa maneira, é indispensável que essas articulações sejam analisadas como unidades, de modo a esmiuçar seus componentes, desde suas ideologias e propostas, até seu corpo atuante. Também, como tais elementos se relacionam com o tempo e com o espaço em que estão inseridos a fim de compreender como esses coletivos refletem em seu público-alvo.

De modo geral, pode-se afirmar que “os movimentos sociais contemporâneos trazem consigo o pressuposto de que transformar a realidade não é só modificar a

sociedade a partir dos aparelhos do Estado, é modificá-la também ao nível das ações concretas da sociedade civil” (RODRIGUES; PRADO, 2010, p.447). Para Carneiro (2003, p. 129), o protagonismo das mulheres negras tem se constituído em força motriz para determinar mudanças no posicionamento político e na ação política do feminismo no Brasil. Segundo a autora, as mudanças ocasionadas pelas articulações de mulheres negras na esfera pública contribuem para o “os alargamentos dos sentidos de democracia, igualdade e justiça social, noções sobre as quais gênero e raça impõem-se como parâmetros inegociáveis para a construção de um novo mundo” (2003, p.130).

Interessada em compreender a organização destes coletivos, na presente pesquisa indaga-se acerca dos vínculos estabelecidos entre os diferentes coletivos ou a ausência deles, bem como as possíveis contradições acarretadas nas articulações de mulheres negras na região de Araraquara, Bauru, Campinas e Ribeirão Preto. A partir destes coletivos, há o interesse em compreender como estes coletivos se organizam e que os integram; se são independentes ou se alinham-se aos movimentos Negros e Feministas de outras regiões.

Se as formas de opressão não operam em singularidade, mas se entrecruzam (KILOMBA, 2018, p.98), questiona-se quais são os embates levantados pela articulação de mulheres negras nas regiões mencionadas acerca da intersecção. Como os coletivos se movimentam em função da heterogeneidade de suas integrantes; como os territórios nos quais eles se assentam refletem na interpretação dos coletivos acerca de raça, gênero, classe social, orientação sexual e diversidade e de qual modo a interseccionalidade reflete nas propostas, objetivos e atuação destes coletivos.

3. OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa é analisar as articulações de mulheres negras em Araraquara, Bauru, Campinas e Ribeirão Preto, a fim de compreender como pensam as especificidades demandadas de cada região e como tal fator reflete na composição

prático-teórica e política dessas organizações. Pretende-se analisar como essas articulações se desenvolvem no interior paulista, e se evidenciam contradições no modo de sua articulação organizacional e política. Sobretudo, objetiva-se analisar quais são essas articulações, suas lideranças, as bases teóricas, propostas e práticas empreendidas.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo aqui proposto busca investigar a temática a partir da década de 1980, período indicado pela aparição efetiva de articulações de mulheres negras no Brasil, até os dias atuais, visando fazer levantamentos acerca do desenvolvimento e das práticas empreendidas pelos coletivos nas regiões escolhidas. Portanto, a investigação até aqui apresentada amparou-se em estudos bibliográficos com o intuito de realizar um delineamento dos coletivos de mulheres negras no campo nacional e, em especial, no interior paulista, em razão de melhor entender suas atuações e embates dentro e fora dos movimentos e quais foram as motivações que acompanharam o desenvolvimento dessas articulações.

Ademais, foram analisadas as atividades e mobilizações desses coletivos através de redes de mídias sociais. A seleção dos coletivos foi realizada através de buscas por palavras-chave nas redes sociais, dessa forma, foram selecionados os coletivos que obedeciam a proposta geral do estudo proposto, de acordo com a região em que se assentavam. Assim, neste primeiro momento, analisamos os perfis das organizações a partir das redes sociais digitais 'Instagram' e 'Facebook'. As referidas redes aparecem como um meio facilitador de comunicação, tanto das organizações para com o público que pretendem atingir, quanto para a análise de quais são os empreendimentos desses coletivos no campo prático e teórico. Ainda, foram investigados os manifestos redigidos pelos coletivos, bem como todo material desenvolvido por suas lideranças. Por meio das redes sociais digitais, foi possível realizar um mapeamento das ações e iniciativas realizadas e analisar as repercussões refletidas no território e na comunidade em que se assentam.

5. DISCUSSÕES

Por meio de uma análise geral dos perfis nas mídias sociais dos coletivos elencados para serem explorados na pesquisa, foram selecionados perfis que se mostravam ativos nas redes sociais de maneira a desenvolver mais conteúdos substanciais para a composição da investigação que foi proposta. Foram escolhidos como fontes os coletivos 'Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região', 'Feminismo Negro Interseccional Campinas - Coletivo Lélia Gonzalez', 'Psico Pretas Campinas', 'Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP', 'Coletivo Pós-Graduação IFCH Unicamp - Leilane Assunção', de Campinas, 'Amigos do Centro-Afro', de Araraquara, os coletivos 'União das Pretas', 'Unegro Ribeirão Preto', 'Coletivo Abayomi', 'Coletivo Negro USC', de Ribeirão Preto e o coletivo 'Frente Feminina de Hip Hop de Bauru' do município de Bauru. Previamente, esses foram os perfis que apresentaram mais discussões ativas nas redes, possibilitando uma análise mais acurada dos elementos pensados para a abordagem da pesquisa. No entanto, há de se relevar que no decorrer da pesquisa, foi percebido que alguns coletivos não compreenderam vastas atividades, como no caso do coletivo 'Unegro Ribeirão Preto' e o 'Coletivo Negro USC', o qual não detém perfil ativo nas redes.

Em um delineamento inicial a partir das mídias sociais 'Facebook' e 'Instagram', investigou-se como esses coletivos surgiram e se desenvolveram, as inquietações que incumbiram o desenvolvimento dessas articulações, quem são e para quem foram compostos. Dentre as seleções, notou-se que articulações, como o 'Amigos do Centro-Afro', 'Coletivo Abayomi', 'Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP', 'Coletivo Pós-Graduação IFCH Unicamp - Leilane Assunção' e 'Unegro Ribeirão Preto', não se apresentaram como iniciativa composta integralmente por e para mulheres pretas, portanto, a análise proposta nesses casos, foi o mapeamento e a investigação das iniciativas pensadas e desenvolvidas para mulheres pretas. Além, foi possível analisar as discussões e as preocupações efervescentes nos coletivos por meio dos conteúdos divulgados, tanto naqueles compartilhados unicamente para suscitar a reflexão como

nos que resultaram na organização de eventos de debate, rodas de conversas e oficinas.

Em relação à análise das incursões dos coletivos para com as regiões em que se assentam, foi discutido como as articulações percebem a realidade em que estão inseridas e quais são as mobilizações empreendidas a fim transformá-la. Sobretudo, foram discutidos os empreendimentos propostos pelas articulações frente às problemáticas suscitadas mediante o eixo interseccional entre raça, gênero e classe social de maneira a compreender como cada componente é demonstrado como problemática, e quais são os meios de reflexão e transformação empreendidos pelas referentes mobilizações.

5.1 FRENTE DE MULHERES NEGRAS DE CAMPINAS E REGIÃO

Conforme Silva (2007), a Frente de Mulheres Negras de Campinas se desenvolveu em meio aos preparativos para a Marcha das Mulheres Negras contra a Violência, Racismo e pelo Bem-viver, evento que ocorreu em Brasília em novembro de 2015. Dentre as necessidades para a realização do evento, condições como financiamento de transporte, alojamento e alimentação se mostraram como preocupações, assim, as integrantes passam a organizar plenárias para discutir as requisições para a efetiva realização do evento, bem como o alcance do mesmo. E é dentre as plenárias que foi possível notar o engajamento ativo das participantes em movimentos de militância de diferentes setores sociais, que acaba por criar laços mais consistentes entre as integrantes.

O manifesto oficial da Marcha se mostrou como componente de desconforto nas integrantes do coletivo por estarem em desacordo com o modo de organização proposto, embora se sentissem contempladas com as ideias gerais (ABDALLA, 2020). Tal desconforto se apresentava através do fato de que o manifesto oficial pouco contemplava a questão da mulher preta na sociedade brasileira, de maneira que não representasse uma parcela importante tanto da população nacional, quanto da atuação da luta feminista. Diante desta situação, a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região passou a realizar mais reuniões com o objetivo de refletir, debater

e desenvolver propostas particulares, moldadas a partir do perfil do coletivo, que estava a germinar. A plenária intitulada “Por que marchamos?” teve o intuito de discutir quais eram as motivações de cada integrante para ir à marcha. Assim, foi a partir dessas contribuições particulares que a Frente compõe seu manifesto (SILVA, 2007).

A FMNCR tinha por objetivo contribuir para o debate do que é “bem-viver”, ligado às questões interseccionais entre raça, gênero e classe, de maneira a posicionar a reflexão interseccional sob as circunstâncias da localidade em que a Frente se assentava no município de Campinas. A amplitude das reivindicações reflete a descentralização da FMNCR, com apontamentos que passeiam entre diferentes espaços sociais. Dentre diversos, o coletivo indicou como reivindicação e motivação para enfrentar o racismo e todas as formas correlatadas de opressão não somente a homens e mulheres pretas, mas também a pessoas não racializadas e de organizações democráticas, progressistas e humanitárias. Marchavam pelo fim do racismo em todos os seus modos de incidência; pelo empoderamento político das mulheres negras; pelo fim do machismo, sexismo, lesbofobia, bifobia e transfobia; pela preservação das relações de matrizes africanas; contra a retirada de direitos e conquistas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras; pela valorização do trabalho e emprego doméstico; dentre outros.

A partir das indicações para a marcha, foi possível perceber que a Frente não se circunscreve e se limita ao debate racial e de gênero, de maneira a vagar dentre diversos temas como ponderações políticas, culturais, econômicas, ambientais, identitárias, políticas, educacionais e de saúde. Tal fator refletiu as características das integrantes da Frente em suas atuações nos diferentes setores sociais. Sobre isso, Abdalla (2020, p.7) indica que “à medida que iniciam as atividades e debates, percebem-se um grupo formado por militantes de vários campos e movimentos sociais”. Decidiram pela manutenção do coletivo para além da Marcha, tendo em vista a constituição de uma agenda unificada e de um fórum de encontro de vários movimentos sociais, e seu alinhamento em torno dessa agenda (ABDALLA, 2020, p.7).

Nesse sentido, trataram de fatores expressos na Carta Manifesto da Frente, - documento redigido em março de 2016, que trouxe componentes como a apresentação da Frente em suas características gerais, suas reivindicações, eventos

e reuniões -, ao indicarem que as articulações, reuniões e construção da Frente foram realizadas em espaços diferentes para que seja possível obter atuação descentralizada, de maneira a existir redes de compartilhamento mútuos. Para tanto, esses diferentes grupos, coletivos e organizações não somente assinaram o manifesto para a Marcha, como compõem a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região.

Foram analisadas postagens realizadas através da rede social 'Facebook'. A Frente tem o perfil ativo desde 21 de setembro de 2015. A postagem inaugural do coletivo anunciou a realização de um sarau e a venda de 'caruru' - típica comida de origem africana, sendo um cozido de quiabos, comumente acompanhado de acarajé, carne, frango ou peixe -, com o intuito de arrecadar fundos para custear a ida para a Marcha Nacional das Mulheres Negras, que ocorreu em Brasília em 2015.

Em um parâmetro geral, o coletivo utilizou o referido perfil como meio de comunicação com o público geral sobre eventos organizados, sendo do próprio coletivo ou de outros, compartilhamento de notícias e informações, conteúdos culturais e notas para reflexão. Ademais, a administração do perfil demonstrou compreender a posição da rede social para além de um facilitador do meio de comunicação, mas como ferramenta de propagação de ideologias, de maneira a utilizar o meio para sequenciais compartilhamentos de textos, autorais de integrante da Frente ou não, propondo reflexões críticas sobre diferentes aspectos. Nesse sentido, os assuntos abordados permearam a identidade descentralizada do coletivo, assim, embora se trate de articulações de mulheres pretas para mulheres pretas, a proposta da FMNCR demonstrou se assentar na promoção do senso crítico para além do eixo raça, gênero e classe.

Intitulada por 'Plenárias de Mulheres Negras', as reuniões organizadas ocorrem com certa recorrência, de maneira a divulgar convites para diferentes edições. Foi possível localizar quatro delas, todas com propostas temáticas distintas; edições entre 2015 e 2016, que abordaram os temas do porquê a marcha do coletivo é permanente e sobre o objetivo de reunir mulheres negras para refletir sobre a organização da Frente, sendo um espaço de aglutinação de coletivos com o propósito de fortalecer as mobilizações para combater o racismo e todas as outras formas de opressão que vitimizam as mulheres negras. Por fim, também foram localizadas plenária realizadas

no ano de 2017, promovidas para discutirem a cidade e região, em conformidade com as intervenções para o segundo semestre de 2017.

As plenárias foram descritas como um espaço aberto para mulheres negras que se dispõem, a partir de suas perspectivas, a discutir o protagonismo de mulheres negras na sociedade. Estes momentos também se constituem em espaços para as pessoas se conhecerem, promovendo o crescimento da rede de militância entre elas. Pode-se observar que não há custo para participar das reuniões, mas não foi possível localizar os assuntos abordados, as reflexões e os embates realizados, bem como seus resultados.

Além das plenárias, a FMNC organizou saraus mensais, realizados nos últimos domingos de cada mês, salvo alguma excepcionalidade, sempre com atrações distintas, de cunho cultural, como apresentações musicais, citações de poemas e textos, exibição de filmes e apresentação de performances. O sarau foi um evento gratuito, aberto ao público geral, não somente a mulheres; ademais, com a proposta de explorar a culinária afrobrasileira, o evento é acompanhado por almoços com pratos típicos. A refeição, por sua vez, era paga e tem por objetivo levantar fundos para financiar as articulações práticas da Frente, e sua realização foi coordenada por diferentes grupos, articulações e coletivos.

Ainda, foi possível localizar convites para a realização de eventos que não detêm agendas fixas e recorrentes como no caso dos saraus e plenárias. Sobre isso, a FMNCR realizou rodas de conversa abordando diferentes temáticas em cada evento; refletindo sobre questões como o extermínio da juventude negra; os impactos das reformas trabalhistas/previdenciária às mulheres pretas; os aspectos que as unem enquanto mulheres negras e questões acerca da sexualidade. Eventos de cunho essencialmente culturais também foram empreendidos, como oficinas de grafite e de leitura, cinefórum, dentre outros. O coletivo também organizou encontros da juventude negra, que teve por objetivo discutir questões acerca do colorismo, tecnologia, religiosidade, saúde, cultura, educação, feminicídio, identidade de gênero e sexualidade; além de promoverem reflexões acerca da trajetória dos movimentos negros em Campinas e região.

Os eventos promovidos pela Frente procuraram estimular a prática democrática de buscar empreender a escuta recíproca e diálogos; debates amplos e auto gestados, capazes de empreender o trabalho conjunto em meio a diversidade e de construir ações permanentes de combate a erradicação do racismo, machismo, sexismo e pobreza.

A partir das postagens realizadas na rede, há de se notar o engajamento da Frente para com a comunidade em que se assentam. Comumente a rede social foi utilizada para realizar notas de repúdio, contendo denúncias acerca da performance policial de Campinas em relação à população negra, bem como denúncias a respeito das decisões políticas para com os espaços utilizados para a ação social e militante dos coletivos. Também denunciam casos de racismo vivenciados pela população negra da região. O perfil da Frente demonstrou demasiada preocupação em divulgar notícias e informações, desde conteúdos referentes à região em que se assentam, como também conteúdos a respeito do cenário nacional, reforçando a noção do coletivo acerca das redes sociais como aparato de divulgação das práticas e ideais do coletivo.

Sobretudo, não foi possível localizar novas ações empreendidas pela Frente através das redes sociais, assim, a última atividade encontrada, realizada em 21 de outubro de 2021, se deu pelo compartilhamento de um link, em que a organização indicou a possibilidade de entrar em contato com a Frente a partir da plataforma 'Messenger', que viabiliza a troca de mensagens instantâneas e privadas.

5.2 FRENTE NEGRA INTERSECCIONAL CAMPINAS – COLETIVO LÉLIA GONZALES

A organização 'Feminismo Negro Interseccional Campinas - Coletivo Lélia Gonzalez' teve sua inauguração em 2015 e tem como objetivo realizar conversas e debates acerca do Feminismo Negro, contemplando suas demandas e intersecções dentro da sociedade. O coletivo se apresenta como um grupo que busca reunir mulheres negras de Campinas as quais estejam disponíveis para realizar reflexões acerca da realidade da mulher preta brasileira, a partir de noções interseccionais,

através das perspectivas de classe, raça e gênero. A organização faz parte do grupo 'Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região' e não se vincula a qualquer partido político.

O coletivo leva o nome e atribui homenagem a celebre Lélia Gonzalez, importante intelectual e feminista negra brasileira, pioneira na crítica ao feminismo hegemônico e nas reflexões acerca das diferentes trajetórias traçadas por mulheres contra o patriarcado. Gonzales evidenciou histórias de mulheres negras, indígenas, latinas e caribenhas, bem como propôs a descolonização do saber e da produção do conhecimento, de maneira a questionar a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar a realidade dessas mulheres, em especial, as mulheres negras (CARDOSO, 2014, p. 965).

A análise do coletivo foi realizada a partir de seu perfil na rede social 'Facebook', o que possibilitou mapear as ações e reflexões realizadas pela organização desde seu ano inaugural. Vinculando-se a 'Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região', grande parte das postagens localizadas se referiu a compartilhamentos de pensamentos e mobilizações realizadas pelo referido grupo e outras organizações do município de Campinas, nesse sentido, em parâmetro geral, há de se relevar, que a maioria das atividades empreendidas pelo coletivo na rede esteve circunscrita ao compartilhamento de matérias de jornal, reflexões e eventos de outros coletivos, denúncia de crimes raciais em plano regional e nacional. Nesse sentido, houve pouco aproveitamento na reflexão do campo ideal do coletivo, considerando que, em sua maioria, os compartilhamentos estiveram acompanhados de breves comentários, de maneira a não possibilitar significativos engajamentos com os pensamentos e opiniões da organização em particular.

Dessa forma, o que se apresentou como grande fonte de aproveitamento para as análises propostas foram as ações empreendidas no campo prático. Portanto, há de se relevar que as atividades realizadas foram profícuas, as quais se apresentaram a partir de rodas de conversas, fóruns, reuniões e encontros. O coletivo empreendeu um projeto de roda de conversas com jovens de escolas públicas da região de Campinas, intitulado por 'Africanidades', abordando temáticas acerca da mulher negra enquanto o sujeito, representatividade negra na sociedade e cabelos crespos.

A identidade negra, assim como outros procedimentos identitários, se constrói gradativamente a partir de processos que envolvem variáveis, causas e efeitos, sequenciadas pelas relações estabelecidas em grupos sociais, se iniciando através da família e se transformando a partir das relações que o sujeito vai construindo com terceiros ao longo de sua vivência (GOMES, 2003, p. 171). Nesse sentido, ponderar a questão da identidade e representatividade de pessoas pretas se torna imprescindível, considerando que ao longo de suas vidas, elas têm constantemente recebido reforços negativos acerca da sua autoimagem e posição na sociedade. Sobre isso, Souza reflete "é difícil gostar das suas próprias características quando se é ensinado a rejeitá-las" (2020, p.30).

Ainda, o coletivo empreendeu uma roda de conversa sobre 'cabelo crespo', discurso também notadamente importante para ser tratado com jovens, em vista dos componentes autoestima, identidade e empoderamento. Tratar do tema cabelo crespo está além de unicamente estimar a beleza dos fios afro, mas realiza reflexões acerca do planejamento e oferecimento de novos modelos de identidade negra para as gerações futuras, o que implica tanto em construir coletivamente perspectivas de identidades negras para crianças e jovens, bem como nutre tais perspectivas ressignificando o racismo a partir do constante autoconhecimento em pessoas já atravessadas por múltiplos processos de embranquecimento (CHAVEIRO, 2020, p. 104), em função de alisamentos e outros procedimentos estéticos.

Dessa forma, o coletivo estabeleceu um importante trabalho ao propor discussões acerca dessas temáticas com jovens que estão em processo de construção de identidade e de auto reconhecimento como indivíduo unilateral e como ser social. Suscitar tais reflexões significa aproximar crianças pretas e da valorização da cultura e identidade da comunidade negra, incentivando autoestima concomitante e aproximação de jovens pertencentes a outros grupos étnicos a elementos de diversidade étnico-racial estimulando a conscientização. Se tratou então de empreendimentos duais, ao passo que o coletivo demonstrou preocupações em discutir questões acerca da identidade e representatividade, de maneira conjunta, possibilitou a discussão acerca do racismo e incentivou o respeito às diversidades.

Outro trabalho organizado foi a realização de encontros para fins de conversas, estudos, contribuições e reflexões, tais eventos foram intitulados por 'Formação' e em cada data de realização, há uma temática específica a ser discutida. O coletivo indicou que a ideia central era realizar formações mensais com temas que as integrantes sentiam necessidade de ampliar o conhecimento devido a eventuais relevâncias desses nos desenvolvimentos das atividades propostas. Foi possível localizar quatro formações, essas, tratando dos seguintes temas: experiências empíricas, liberdade e cidadania, panafricanismo e mestiçagem, miscigenação e branqueamento. As descrições dos eventos permitiram identificar quais foram os caminhos traçados nas discussões. O primeiro encontro, com a temática 'experiências empíricas', esteve direcionado a contemplar as organização e modos de mobilização de mulheres na região de Campinas, bem como contemplou reflexões sobre os delineamentos feministas nos decisórios sociais e políticos. No caso da temática 'liberdade e cidadania,' as atividades compreenderam debates de perspectivas históricas sobre o período pré e pós abolição, além do movimento de transição entre escravidão, liberdade e cidadania, bem como implicações políticas, econômicas e sociais recaídas sob a comunidade negra de diferentes países da América Latina, frente a longos anos de mão de obra escravizada.

No caso da temática 'Panafricanismo', a proposta foi apresentar diferentes modos e mobilizações sociais e políticas, com enfoque na luta panafricanista. Dessa forma, indicaram que o plano dessa formação foi de integrar sobre o que se trata a luta panafricanista e como essa articulação dialoga e se articula politicamente com outros movimentos. Na pauta 'mestiçagem, miscigenação e branqueamento', o coletivo buscou debater o tema com o contexto histórico brasileiro e suas especificidades demarcadas, como as políticas eugenistas e higienistas que influenciaram, propagaram e foram interiorizadas no "projeto de Brasil" nos anos pré e pós abolição. Ainda, foi debatida a questão da política de branqueamento, em conjunto com a "escala racial", que segundo o coletivo, se apresentam como questões de ordem identitária que têm ganhado espaço nos debates, constantemente necessários de aprofundamento.

Em parceria com a associação ‘Promotoras Legais Populares Cida da Terra – Campinas e Região’, o Coletivo Lélia Gonzalez organizou arrecadações de kits de higiene básica e meias brancas para mulheres encarceradas na região de Campinas. Segundo a organização, a higiene aparece como um fator elementar nesses espaços de potencial risco, ainda indicam que o quadro ganhou corpo crítico com a pandemia por COVID-19, em que as visitas foram limitadas ou suspensas, tornando cada vez mais restrito o acesso aos produtos. A parceria esteve engajada em conseguir absorventes, sabonetes em barra, creme dental e meias brancas para essas mulheres, com o intuito de promover o mínimo de dignidade humana. Conforme Manzini, itens de higiene pessoal fornecidos pelo sistema prisional, como, por exemplo, absorventes íntimos, não suprem as necessidades básicas requeridas pelas mulheres encarceradas, além de que, por vezes, são entregues em quantidades insuficientes, ainda quando são entregues. Dessa forma, comumente os familiares se veem na responsabilidade de arcar com produtos de higiene básica para suprir a falta e promover o mínimo de dignidade para essas mulheres (2021, p.25). Dentro desse cenário, com a limitação das visitas, as mulheres encarceradas se viram em situações mais críticas do que o que lhes é comum, nesse sentido, arrecadações como as realizadas pelo coletivo em parceria com as promotoras, demonstra preocupações com esferas da comunidade que, por vezes, são esquecidas pelo Estado e pela própria sociedade.

O coletivo ainda organizou arrecadações de cobertores e roupas de frio para moradores de rua. Na descrição da ação, é indicado que a prioridade está no acolhimento de vestimentas de inverno, preferência solicitada pelos próprios moradores de rua, em decorrer de suas maiores necessidades. Nesse sentido, há de se destacar que houve consultas prévias acerca das necessidades das pessoas potencialmente beneficiadas pela arrecadação, evidenciando características inclusivas e democráticas do coletivo, concomitante ao seu engajamento prático com a comunidade em que se assenta. Tal caráter democrático fica ainda mais claro quando analisamos as reuniões de integração realizadas pelo coletivo; intitulados por ‘Reuniões Receptivas’, o coletivo indica o reconhecimento da insuficiência dos debates e ações que estavam sendo promovidas por elas até então, requisitando certo avanço

para compreender e atender as diferentes demandas da sociedade. Portanto, realizam reuniões com o objetivo de apresentar planos futuros, buscar entender os constantes delineamentos sociais da região, estender os empreendimentos do coletivo de outras esferas, integrar mais mulheres ao grupo e avançar nas reflexões e ações práticas realizadas em Campinas.

Contudo, o Coletivo Lélia Gonzales teve seu último empreendimento compartilhado na rede social em agosto de 2021, com a arrecadação dos produtos de higiene pessoal para as mulheres encarceradas.

5.3 COLETIVO PSICO PRETAS

O coletivo Psico Pretas Campinas foi inaugurado em 2018, em função do desejo de algumas profissionais e estudantes de psicologia em formar um espaço de acolhimento e compreensão acerca das mazelas ocasionadas pelo racismo. O grupo, formado integralmente por mulheres pretas, indicou que o projeto se encaminhou através da organização de encontros mensais, com a finalidade de elaborar projetos, acolher, compreender e realizar estudos, a fim de compor um saber enegrecido, que integre o trabalho realizado por essas mulheres, de maneira que seja possível atender as demandas da população negra, pensando em contribuir com a melhora da saúde mental da referida comunidade, com ênfase nas condições atravessadas pelo racismo. Ademais, indicaram que o surgimento da organização aconteceu a partir das deficiências identificadas nas Universidades em trazerem autores negros em seu currículo, bem como a contemplação da subjetividade negra em suas reflexões.

O saber colonizado está em constante desconstrução em diferentes áreas das ciências, tanto no Brasil quanto em diferentes localidades acometidas pelas atrocidades da colonização. Sobre isso, Nascimento já indagava sobre como poderia as ciências humanas e históricas desenvolvidas e cultivadas pelo Outro, serem definidas para povos e contextos socioeconômicos distintos, de maneira a prestarem útil e eficaz colaboração ao conhecimento do negro, à sua realidade existencial, problemas, aspirações e projetos (NASCIMENTO, 2009, p. 206). Nesse sentido,

Abdias Nascimento questiona se o conhecimento formalizado nos Estados Unidos e na Europa detêm tamanha eficácia de aplicação universal. Os currículos de psicologia das universidades brasileiras estão dominados por colonialismo, e os autores mais estudados são homens brancos e europeus, os quais foram importantes teóricos no desenvolvimento para a psicologia clínica, considerando conceitos para manejar subjetividades, neste caso, subjetividades brancas. Dessa forma, a importação e incorporação desses saberes produzidos na Europa marca demasiada desconsideração dos processos de subjetivação não-brancos, impondo nosologias à imagem do colonizador (VEIGA, 2019 p.245).

Dessa forma, a proposta do coletivo aparece como uma importante incursão para a descolonização do saber científico e clínico, bem como na prática clínica. Há de se ressaltar que tamanha busca por resignificação de saberes e práticas marca a busca pela democratização do atendimento psicológico realizada pela organização, buscando aproximar suas práticas e teorias das realidades socioculturais, econômicas da comunidade negra brasileira, assim, sendo marcadas pelas relações de poder e dominação estabelecidas estruturalmente. Nesse sentido, ao ignorar as subjetivações da população negra, o aparato teórico ainda utilizado pela psicologia brasileira impõe a tratamentos inadequados grande parte da população nacional, nesse sentido, a proposta central do coletivo Psico Pretas é sair dessa realidade.

Portanto, o desenvolvimento prático dessas intenções pode ser notado através das breves considerações que o coletivo fez em sua página na rede 'Facebook', assim, indicaram que as integrantes realizavam leituras de textos de escritores negros previamente para que, nas reuniões mensais, discutissem e refletissem as ideias propostas, bem como levantar e responder diferentes questões a partir dessas leituras. Ademais, as reflexões, conforme elas, são sempre a partir de perspectivas particulares, sequenciadas pelas vivências de cada uma, por isso, há de se relevar que os encontros tinham por objetivo também discutir vivências, além de realizar reflexões acerca do saber da psicologia em combate ao racismo, acompanhados sempre da realização de projetos para enfrentar pontos. Os encontros foram visualizados como datas para fortalecer as estruturas das integrantes, chamar para

atividade, criar oportunidades, ouvir, acolher exercitar o fazer psicologia de um lugar que segundo elas, não fora fornecido em um outro espaço.

O coletivo ainda realizou atividades para com o público geral, nesse caso, não somente circunscrito a profissionais e estudantes de psicologia. Foi possível localizar um seminário realizado em parceria com a defensoria pública do Estado de São Paulo, intitulada por "feminismo negro: narrativa sobre identidade, subjetividade e resistência"; as temáticas abordadas foram: desafios da construção da identidade da mulher preta; educação direitos e luta social da mulher negra.

A identidade é subjetividade são constantemente passíveis de transformações, em conformidade com o meio em que o indivíduo se insere. No caso de mulheres pretas, os componentes e identidade e subjetividade sem laçam a noção interseccional de raça gênero e classe social. O racismo, bem como o machismo, produz discursos que procuram normalizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas; assim, são veiculadas normas e prescrições para mulheres negras, que se apresentam como máquinas de agenciamento de identidade subjetividade homogêneas, passivas e a sujeitadas. Sentido, ambas temáticas tratadas no seminário colabaram entre si. Ao se colocar contra as ressonâncias do racismo e desigualdade de gênero, as mulheres pretas têm constantemente empreendido lutas de resistência, em finalidade de requisitar seus direitos sociais e políticos, bem como de existir e sobreviver ponto são lutas sociais constantes na denúncia contra racismo, desigualdades sociais e econômicas, acesso à educação e saúde de qualidade. Se tratam de mulheres em estado de alerta constante, as quais nunca é permitido a perca do tom, mesmo que estejam requisitando dignidade para si ou para o outro.

Ainda, foi possível localizar uma roda de conversas organizada pelo coletivo, a qual tinha por objetivo aproximar a psicologia da população preta, debatendo o tema sensíveis, pensando em promover a saúde mental. Em conformidade com o que já foi exposto, repensar uma psicologia descolonizada se apresenta como uma necessidade imprescindível em decorrer das necessidades da saúde mental da comunidade preta.

Essa forma, concomitante a ausência de aparatos teóricos e práticos apropriados para pensar populações não brancas, conseqüentemente somos alvos de profissionais despreparados para lidar com a temática, o que simplesmente ignoram que condições como racismo atua de maneira significativa não psicológico do paciente, considerando que "o sofrimento não é da ordem da intimidade, ele é político". Tanto, eventos como a roda de conversa promovida, se relaciona diretamente com a viabilização de espaços de escuta mútua auto entendimento e compreensão.

Sobretudo, o coletivo indicou que a sua agenda está pautada no compromisso social e ético por uma sociedade anti-racista e justa para mulheres negras, indígenas, quilombolas, trabalhadoras rurais, trabalhadoras nas políticas públicas de saúde, educação e assistência social. As atividades da organização no Facebook não foram consideravelmente extensas, mas nos possibilitou refletir sobre as suas principais indagações, desenvolvimento, objetivos e reflexões. Ainda, não foi possível localizar por meio da rede quais eram as possibilidades, como e se realizavam atendimento psicológico ao público, o que nos levou a concluir que o coletivo se tratou essencialmente de um espaço para aglutinação de pensamentos, receios e afetos, pensando em ressignificar os estudos e aperfeiçoar as práticas. Se tratou de um trabalho capaz de abrir dezenas de portas e possibilitou a trilha de diversos caminhos mencionado pelo próprio coletivo: "Nossos pais alcançam caminhos que um dia foram fantasias, mas agora caminhada autorizada. Nós autorizamos!" (PSICO PRETAS CAMPINAS, 2019)

5.4 NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DA UNICAMP

O Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP teve sua inauguração em 2012, nesse sentido, se trata de um núcleo estudantil, que buscou articular diferentes grupos organizados da comunidade Negra, esses, dentro e fora da universidade, a fim de promover a luta racial. Portanto, apresentaram como objetivo a construção de uma luta conjunta com funcionários, professores e estudantes da UNICAMP, junto a

movimentos sociais, as propostas reivindicatórias do Núcleo foram indicadas como: o fim do genocídio da juventude negra; igualdade de oportunidade no mundo de trabalho; valorização da cultura afro-brasileira para a formação da cultura nacional; e reconhecimento da dívida histórica com o povo negro decorrente dos crimes cometidos no período da escravidão.

Em vista de que não se tratou de uma organização formalizada e pensada por e para mulheres negras, as possibilidades de análise se apresentaram a partir do mapeamento de reflexões e atividades realizadas pensando nessas mulheres. Tanto, foi possível localizar atividades como rodas de conversas, protestos e eventos que contemplaram a figura e as necessidades das mulheres negras. Assim, há de se relevar as reflexões realizadas pelo Núcleo dentro desse recorte, a partir de notas sobre a importância da luta de mulheres negras na sociedade, o grupo fez levantamentos constantes acerca da ancestralidade, lembrando que as mulheres negras foram vítimas de todo tipo de violência e, ainda assim, mantiveram força e dignidade, elementos que foram deixados como legado. Pontos acerca da “ancestralidade” estão presentes em diferentes contemplações realizadas pelo Núcleo e frequentemente está alocado na denúncia de que mulheres negras do presente permanecem reivindicando os mesmos direitos básicos que suas ancestrais, ao passo que também aparece como fonte de riqueza e vontade para a luta.

Sobretudo, o Núcleo não contemplou vastas atividades pensando no recorte de gênero, no entanto, a partir das atividades localizadas, foi possível notar que as ações circunscreveram ao espaço acadêmico. Assim, a de se destacar dois eventos realizados, sendo uma roda conversa, intitulada por “os espaços da mulher na universidade” e o evento “Marielle vive: não seremos interrompidas”, realizados para homenagear e discutir a trajetória de mulheres negras na universidade. As atividades tiveram por objetivo discutir sobre as experiências dessas mulheres dentro do ambiente acadêmico, para tanto, indicaram dados de 2018 apenas 10,4% das mulheres negras na faixa etária entre 25 a 44 anos concluem o ensino superior.

A história da universidade no Brasil não apresenta neutralidade, desde seus primeiros delineamentos, tem características de dominação hegemônica europeia, produzindo uma colonização de conhecimento e práticas acadêmicas (BOTTONI, SORDANO, 2013 apud ALCÂNTARA; SILVA, 2020, p. 133). Nesse sentido, há de se relevar que tais condições ainda são permanentes nas universidades e apresentam o impacto diretos na vida acadêmica de mulheres negras. Refletir acerca dessas problemáticas infere destacar que os desafios enfrentados por essas mulheres para acessar e permanecerem dentro das universidades, mesmo após o início do processo de democratização, se relacionam diretamente com as formas de opressão interseccional que afasta a existência influência de mulheres negras nesses locais (ALCÂNTARA; SILVA, 2020, p. 141-142). Sentido, o núcleo empreende importantes ações, visto que, buscam dar visibilidade a narrativas históricas invisibilizadas, buscando proporcionar descolonização do que vem a ser ciência e cientistas.

Sobretudo, não foi possível avançar para ela ainda análise. O núcleo se dedicou a denúncias contra o racismo e as formas interseccionais de opressão, a partir de breves reflexões e também chamadas para protestos. Denunciaram violências policiais e indicaram a necessidade de maior a celebrações da figura da mulher negra que, segundo o grupo, necessitam de mais cuidados e direitos e menos descasos e crueldades referenciaram as trajetórias de vida das mulheres negras, que mesmo diante de tantas violências, continuam se mostrando resistentes, se livrando dos grilhões e fugindo das estatísticas.

5.5 COLETIVO DE PÓS-GRADUAÇÃO IFHC – UNICAMP – LEILANE ASSUNÇÃO

O Coletivo Pós-graduação IFCH – Unicamp – Leilane Assunção foi criado em outubro de 2020 e nasceu como iniciativa política, formada por discentes dos cursos de mestrado e doutorado dia Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social e Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humana, para auxiliar o ingresso de grupos historicamente marginalizados em cursos de pós-graduação e em universidades como um todo. O coletivo é formado por mulheres e seu nome é em

homenagem a Leilane Assunção, historiadora, ativista e primeira transgênero a ocupar cargo de professora universitária do Brasil, atuando na Pós-Graduação em História da UFRN. Assunção era atuante ativa no movimento LGBT, lutava nos movimentos antiproibicionista pela legalização e descriminalização das drogas, ativista dos Direitos Humanos, pela causa animal e ambiental. Em vida, a doutora em Ciências Sociais expressava não comemorar sua colocação como primeira mulher transgênero a ocupar um cargo como professora universitária, em vista de que tal colocação, arbitrariamente sinalizava realidades hostis de opressão vivenciadas constantemente por pessoas transgêneros, dentro e fora do ambiente acadêmico.

A história de Leilane se apresentou como força motriz para o coletivo, o qual passou a dedicar esforços para o fortalecimento do debate e compromisso político acerca do acesso e permanência de discentes nas universidades públicas. A proposta se apresentou a partir da preparação de um curso preparatório a partir do ano de 2021, que seria realizado pelo coletivo em sua rede de colaboração, composta por suas integrantes, de maneira voluntária e gratuita. O coletivo deu um lugar central para as ações afirmativas que, segundo elas, possibilitam desde reparações históricas, até a possibilidade de ressignificações epistemológica e modos de conhecimento; além, ainda expressaram em proposta inicial que compreendem que as incursões que estavam propondo não findam em si mesmas, dessa forma, logo se dispõem a pensar em empreendimentos que viabilizem permanências e atualizações.

A proposta do coletivo, seus pensamentos e integrantes são compreendidos a partir de perspectivas interseccionais, nesse sentido, que são atravessadas por desigualdades sociais, contemplando as desigualdades de gênero, classe, raça, etnia, orientação sexual, entre outros. Dessa forma, indicaram que se opõem a discursos produzidos pela meritocracia, os quais viabilizam que as desigualdades sociais sejam compreendidas como falta de mérito e esforço das pessoas.

Sobretudo, trata-se de um coletivo formalizado por diferentes mulheres, ofertado para todas as mulheres. Dessa forma, embora não se trate de um coletivo realizado por e para mulheres negras, as ações empreendidas também foram

destinadas as mesmas, pensando na inserção e permanência das mesmas no ambiente acadêmico, visando também a transformação social. Conforme dados do PNAD, em 2017, a população negra correspondia ainda a apenas 32% das pessoas com ensino superior concluído, em contraste com 55,4% de participação na população total. Realizando recorte de gênero, segundo esses dados, mulheres negras com ensino superior completo ainda são praticamente metade do contingente de mulheres brancas na mesma condição. Nesse sentido, há de se notar a desigualdade relevante entre essas mulheres no meio acadêmico, fator que previamente nos permite refletir sobre a baixa existência de mulheres negras também nos cursos de pós-graduação, considerando que os desafios que se mostram a elas desde a educação infantil, até as universidades já numerosos e desastrosos. Posto isto, empreendimentos como os do coletivo aqui tratado dão possibilidade de caminho e permanência no mesmo, que por vezes não fora imaginado.

Foi possível localizar atividades empreendidas na plataforma 'Facebook', a partir da promoção de lives para falar sobre os processos de inserção nos cursos de pós-graduação. Os eventos compreenderam temas como: editais de processos seletivos, provas e exames, currículo Lattes, projetos de pesquisas, e entrevista/arguição do projeto. Considerando que o coletivo busca dialogar e oferece tais atividades aos grupos historicamente marginalizados, aos quais são relegados a baixa expectativa escolar, quiçá acadêmica, tais empreendimentos realizados demonstram demasiada importância, considerando que democratiza e educa acerca das informações e processos necessários para a ocupação das vagas existente para a inserção nas universidades.

Sobretudo, as atividades localizadas através do perfil do Coletivo Leilane Assunção no 'Facebook' tiveram baixa frequência e não foi possível localizar ações empreendidas diretamente para mulheres negras.

5.6 AMIGOS DO CENTRO-AFRO

O 'Amigos do Centro-Afro' é um perfil utilizado para a disseminação de informações afro-brasileiras, administrado pela coordenação do 'Centro de Referência Afro – Mestre Jorge', de Araraquara. Também é utilizado como canal de articulação com a comunidade acerca das ações empreendidas pela instituição. O referido Centro compreende um núcleo cultural vinculado à Coordenadoria de Políticas Étnico-Raciais da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular de Araraquara, o qual tem por objetivo a divulgação da cultura afro-brasileira em suas diversas manifestações e linguagens. Além, o Centro também se apresenta como um importante espaço para a articulação de políticas públicas; e foi escolhido como fonte a ser analisada nesta pesquisa, a fim de mapear as discussões e projetos empreendidos pensando nas causas das mulheres negras de Araraquara.

O Centro leva o nome de Jorge Brandão Coutinho, o Mestre Jorge, importante figura para a cultura de Araraquara. Mestre Jorge era um artista autodidata, o qual aprendeu a esculpir aos 10 anos de idade e dedicou grande parte de sua vida à arte. O artista esculpiu mais de 400 obras, retratando figuras populares e sacras. Suas obras buscavam retratar o cotidiano popular, realçando os elementos culturais brasileiros e afro-brasileiros. Em homenagem a Mestre Jorge e em conformidade ao reconhecimento do mesmo como importante figura para o enriquecimento da cultura de Araraquara, o Centro carrega seu nome.

O perfil do Centro no 'Facebook', fonte escolhida para a análise, foi criado em agosto de 2018 e suas primeiras postagens foram designadas a divulgar os projetos empreendidos pela instituição. O Centro realiza diversas programações, todas abertas ao público geral, de maneira a fomentar discussões e reflexões para além do público afro-brasileiro; ademais, visto que não se trata de um coletivo organizado para e por mulheres negras, grande parte das atividades também não se circunscreve ao eixo do gênero. Dessa forma, em uma análise geral, o perfil divulga a realização de debates, rodas de conversas, oficinas de música, narração de histórias, *lives*, entre outros, almejando alcançar diferentes públicos.

As atividades realizadas pensando nas mulheres negras de Araraquara representam preocupações cotidianas que atingem o referido grupo, como questões de autoestima, estética, empreendedorismo, empoderamento, visibilidade e cultura.

Foi possível localizar programações com a finalidade de fomentar a reflexão crítica e o auto entendimento a partir de análises sociológicas e historiográficas acerca da realidade das mulheres negras. Em vista do caráter institucional do Centro de Referência Afro, as atividades possuem apoio da Prefeitura Municipal de Araraquara e seguem o seu calendário, como o projeto 'Julho das Pretas', com a presença de diferentes convidadas nas atividades realizadas em alusão ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, empreendidas em julho de 2021.

O projeto 'Julho das Pretas' propôs transmissões ao vivo com os seguintes temas: mulheres negras cientistas, estética negra, afro empreendedorismo, empreendedorismo afro e mulheres no Hip Hop. Conforme explanado pelo perfil, o projeto foi cunhado a partir do entendimento que para a construção de políticas públicas efetivas, há a necessidade de empenhar a escuta ativa das diferentes vivências, de maneira a desenvolver ações que reflitam a realidade prática das mulheres da comunidade, visando não somente a compreensão dessas, mas a sua efetiva transformação. As transmissões foram mediadas por mulheres pretas, moradoras e profissionais ativas de Araraquara.

Os eventos funcionaram de forma dupla: destacar as contribuições das mulheres nas discussões acerca dos temas propostos nos debates e reflexões, com a partilha de suas experiências; divulgar seus trabalhos, sendo esses intelectuais, culturais ou não, de maneira a também movimentar, direta ou indiretamente, a economia de Araraquara. Nesse sentido, quando abordadas as questões do afro empreendedorismo e empreendedorismo afro, a organização do evento realçou que o objetivo se apresentava na possibilidade não apenas de realizar trocas de experiências, mas mostrar os desafios que o empreendedorismo demanda; além de estimular mulheres para o empreendedorismo e a gestão de seu negócio.

Para tanto, a programação também foi utilizada como plataforma educativa afim de auxiliar a vida profissional, econômica e financeira dessas mulheres. As programações empreendidas no 'Julho das Pretas' dialoga diretamente com a realidade prática vivida pelo público alvo de mulheres. Cada evento pondera as deficiências das sociedades, sobretudo da sociedade brasileira, para com a população negra, seja no âmbito intelectual, devido à falta ou ao apagamento da história das

intelectuais negras, como no âmbito profissional, visto que a elas foi destinado o trabalho informal e doméstico como única possibilidade de atuação.

Cuidadosa atenção é destinada para a autoestima das mulheres negras, com espaços para discussões sobre o tema, para o autoconhecimento e para reflexões acerca dos efeitos do racismo no cotidiano da população negra. A programação destina espaço para a 'estética negra' e diálogos sobre cabelo e maquiagem; ainda, também foi possível localizar outros projetos empreendidos ou promovidos pelo Centro, como a 'Feiraafro', realizada em novembro de 2021, com o apoio do Centro de Referência 'Mestre Jorge', em comemoração ao dia da Consciência Negra. Este evento contou com a exposição e venda de acessórios e serviços de beleza típicos da cultura afro, bem como de outras atividades voltadas para o público geral. O evento intitulado 'Da raiz a Trança: um resgate da africanidade', teve o intento de desenvolver a auto aceitação, o empoderamento e enfrentamento ao racismo, bem como capacitar as participantes para a prática profissional.

Conforme reflete Nascimento (2003), se a essência do racismo está na negação da humanidade do negro, arbitrariamente o gesto de assumir e valorizar a identidade negra constitui na afirmação dessa humanidade. A construção e manutenção da autoestima na população negra, sobretudo nas mulheres pretas, constitui-se como importante mecanismo de combate ao racismo. Sobre isso, William (2020, p. 84) aponta que, ao investir num estilo que remete a suas origens, negros exercem sua liberdade de expressão e reivindicam seu direito de ser e existir. Ainda, que um cabelo, uma roupa, um acessório são, por vezes, um grito, uma atitude diante da sociedade que os oprime, são resistência. Conforme a organização do evento, trançar se apresenta como um ato de resistência que vem dos ancestrais e hoje aparece como ato de afirmação e empoderamento.

O calendário de programação 'Julho das Pretas' ainda contou com uma cerimônia de premiação organizada pela Coordenadoria Executiva de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, na qual vinte mulheres negras foram homenageadas com o Prêmio Dr^a Rita de Cassia, importante ativista do movimento negro de Araraquara, pelo reconhecimento a suas trajetórias e lutas diárias ao racismo, por seus

destaques profissionais e/ou pela atuação na área social, contribuindo com a comunidade e a visibilidade às mulher pretas.

Sobretudo, após os eventos realizado no ‘Julho das Pretas’, não foi possível localizar qualquer outro evento que estivesse direcionado ao público feminino. Nesse sentido, a organização apenas indicou atualizações acerca de projetos dedicados a população de geral de Araraquara, bem como compartilhamento de eventos culturais, promovidos pela prefeitura do município.

5.7 COLETIVO UNIÃO DAS PRETAS

O coletivo ‘União das Pretas’ teve início em fevereiro de 2019 a partir de conversas entre amigas, as quais realizavam reflexões acerca das perspectivas particulares vivenciadas pelas mulheres enquanto mulheres negras. Nesse sentido, por sentirem as mesmas necessidades afetivas e intelectuais, passaram a estabelecer redes de comunicação para a realização de convites a conhecidas, que tinham interesse em integrar o coletivo que se desenvolvia. Com números razoáveis de aceites aos convites para se juntarem ao coletivo, decidiram ‘se aquilombar’.

O ‘União das Pretas’ é um coletivo formado por e para mulheres pretas. As integrantes indicam que fazem parte de diversos segmentos sociais e profissionais, com diversidade identitária, etária e de classe social. Elas apontam que o coletivo busca dialogar com o seu tempo, de maneira a reafirmar o valor positivo de suas particularidades, recobrando o caminho das integrantes mais velhas para calçar o caminho das mais novas.

Logo na primeira postagem de apresentação, redigida na rede social ‘Instagram’, o coletivo indica o público-alvo de sua articulação: “quando nos reunimos pela primeira vez, sentimos que precisávamos sair da nossa zona de conforto e deixar o centro da cidade, aqueles espaços, que apesar da sociedade ribeirão-pretana, é ali que estão as pessoas que mais necessitam de atenção”. (UNIÃO DAS PRETAS, 2020)

As indicações não permaneceram somente nas intenções e palavras do coletivo. Ao analisar as postagens realizadas no perfil da organização no ‘Facebook’, já em julho de 2019, as integrantes realizam a primeira visita a ‘Cidade Locomotiva’,

área de ocupação urbana em Ribeirão Preto, onde famílias vivem em moradias de alvenaria e casa-vagão às margens do ramal ferroviário, para conhecer e entender a realidade dos moradores, sobretudo, das moradoras negras da região.

O coletivo indica que as reivindicações da referente ocupação se circunscrevem primariamente em questões acerca do saneamento básico, em falta na região. Assim, ao analisarem as reivindicações particulares das mulheres da localidade, apontam que as maiores requisições se apresentavam na irregularidade dos endereços domiciliares, fator que dificulta o acesso da população a direitos básicos como saúde, educação e transporte público. A carência de apoio para as crianças, potencializada pela ausência de vagas nas creches da região, também é indicada como um dos problemas a serem considerados, tendo em vista que, em função de tal situação as mães acabam impedidas de manter trabalhos regulares. Ao final da primeira visita, ficam estabelecidas visitas esporádicas do coletivo, para a realização de rodas de conversa e oficinas como possíveis ações para o fortalecimento da rede de mulheres na comunidade.

As visitas, de fato, continuam acontecendo. Dessa maneira, as integrantes passam a realizar censos na região visando estreitar laços e conhecer as histórias e ambições dos moradores. Investigam particularmente a realidade de cada indivíduo e realizam o levantamento social de dados das necessidades da comunidade. O coletivo ainda realiza festa em comemoração ao dia das crianças, em outubro de 2019, convidando por meio de seu perfil no 'Facebook' não somente moradores da comunidade, mas a população geral de Ribeirão Preto.

A última menção a Cidade Locomotiva do coletivo na referida rede social se dá em abril de 2020, a partir de uma nota de repúdio ao pedido de Reintegração de Posse do terreno ocupado pelos moradores da comunidade. As integrantes enfatizam a vulnerabilidade das mais de 370 famílias que residem o local, além da contribuição que exercem para com a sociedade, em vista do estabelecimento da função social da terra, empregado pela comunidade com a agricultura. Denunciam as decisões como descabidas e desumanas frente a posição geral de despejo, potencializadas pela gravidade da pandemia mundial de Covid-19 e pelo acentuado número de mortes nas periferias.

A análise das postagens no 'Facebook' também possibilitou notar que os empreendimentos realizados avançavam sob a preocupação e o cuidado com as crianças de Ribeirão Preto e região. Foram realizadas oficinas criativas para a customização de bonecas Abayomi, rodas de leitura e contação de histórias. Conforme explicitado nas postagens, tais ações almejam fortalecer a identidade afrocentrada do indivíduo brasileiro e multiplicar as representações positivas e diminuir os estereótipos construídos socialmente.

Considerando a contribuição para o conhecimento histórico e cultural da população africana e afro-brasileira, os projetos se apresentam como importantes trabalhos de base, tendo em vista o seu empreendimento na infância, considerando que “a difusão dos saberes dessas populações entre todas as crianças brasileiras é extremamente importante, pois permite a compreensão e a afirmação da nossa identidade pluricultural e multiétnica” (KRAUSS; ROSA; 2010, p. 865). Ademais, a transmissão dos saberes a partir de narrativas positivas da trajetória rica, cultural e milenar da história africana contribui para o afastamento da retórica das mazelas, de maneira a reforçar os aspectos positivos do ser negro e de construir discursos livres de ressentimentos e do peso da “raça” (MBEMBE, 2018).

Os projetos que objetivam as crianças não cessam. Intitulado por 'Conecta Educação', o Coletivo União das Pretas, em junho de 2021, passa a promover a arrecadação de celulares, tablets, smartphones e notebooks para os alunos das escolas municipais do ensino fundamental, com o intuito de minimizar os impactos do ensino *online*, frente ao cenário pandêmico, potencializado pela desigualdade social. Os aparelhos arrecadados foram destinados a crianças, selecionadas pelas escolas municipais, que estavam impossibilitadas de acompanhar as aulas *online* por falta dos itens. Ainda sobre as necessidades intensificadas pela pandemia, o Coletivo, em parceria com a 'Rede de Solidariedade RP Contra o Coronavírus', promove a arrecadação de produtos básicos de alimentação e de higiene para a população vulnerável de Ribeirão Preto. Tais empreendimentos reforçam a proposta primária do coletivo ao indicarem que buscam dialogar com o seu tempo, de maneira a realizarem ações no campo prático, a partir dos problemas emergentes em dado momento histórico na região em que se assentam.

Convergindo aos aspectos levantados acerca das necessidades intelectuais, que serviram de aparato para a criação e o fortalecimento do Coletivo, são realizadas rodas de conversas, *lives*, debates e seminários com diferentes temáticas e convidadas. Os eventos permeiam temáticas como autoestima, empoderamento, autocuidado, cuidados, consciência preta, saúde mental, religião, genocídio, abolição, entre outros, e majoritariamente são mediados por mulheres pretas, integrantes do Coletivo ou não. As bases das discussões fomentadas partem das condições sequenciadas pelo racismo, de maneira a contribuírem com reflexões situadas historiográfica, geográfica e socialmente, aproximando debates que, por vezes, se circunscreviam ao espaço acadêmico.

Os eventos contribuem para o debate pós-colonial que, conforme Mbembe (2019), é crucial durante a descolonização, momento em que nasce a reflexão e o desejo de ser e agir, tomando consciência e admitindo protagonismo na composição de sua própria história. Nesse sentido, o objetivo geral dos eventos é sempre estimular a reflexão e o debate crítico, bem como situar as mulheres pretas em posição de protagonismo nas lutas diárias que vivenciam.

Além da militância no espaço social, o Coletivo União das Pretas avança no cenário político de maneira a deter duas de suas integrantes como co-vereadoras do mandato coletivo de Ramon Todas as Vozes (PSOL), sendo Patrícia Cardoso e Sheila Brandão, estabelecendo então relações diretas do Coletivo com as movimentações políticas de Ribeirão Preto. As integrantes indicam que o mandato tem por objetivo romper as estruturas que geram opressão, desigualdade e sofrimento, e seu alcance será nutrido nas ruas e, em especial, por dentro da Câmara Municipal. As co-vereadoras se comprometeram em dividir as decisões, representar as lutas populares e dialogar com os movimentos sociais de maneira a fiscalizar os direitos nos bairros, fortalecer a democracia e estimular a atuação do movimento social na política.

Há de se referenciar o compartilhamento de informações na rede social do coletivo acerca das movimentações políticas ribeirão-pretense, sendo para informar sobre reformas internas e educar de maneira pedagógica e acessível acerca da importância de cada incursão burocrática, em conformidade com a participação popular nas decisões. Como parte integrante do mandato, as discussões presentes

internamente no Coletivo se esticam para o espaço político, de maneira a potencializar e fortalecer o campo de ação do mesmo.

Após a inserção ao mandato Todas as Vozes, eleito em 2020, grande parte das ações incorporadas pelo Coletivo União das Pretas conseguiu o apoio e assinatura do mandato coletivo, atuando no campo institucionalizado. Para tanto, em 2021 o Coletivo assina e protocola na Câmara Municipal e na Prefeitura de Ribeirão Preto a Carta de Compromisso, irmandade e construída por mulheres negras da cidade, indicando o comprometimento na luta contínua pelo fim do racismo, pelo fim do feminicídio de mulheres negras, pela visibilidade e garantia de vida, pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, entre outros.

Contudo, além das incursões aqui referenciadas, o coletivo não desenvolveu qualquer outra atividade prática pensando na comunidade feminina de Ribeirão Preto. As atividades finais relatadas no perfil no 'Facebook' compreenderam denúncias de crimes contra a população preta, seja a partir de eventos racistas que assolam a comunidade negra, ou a constante impunidade de pessoas brancas a partir de discursos racistas. Nesse sentido, o coletivo levantou reflexões dos dias atuais acerca da criminalização de corpos negros, com considerações comumente presentes em discursos "científicos" do século XIX, os quais indicavam desvios morais em indivíduos racializados, denotando então permanentes comportamentos racistas e anacrônicas na sociedade e na justiça brasileira.

5.8 UNEGRO RIBEIRÃO PRETO

A Unegro Ribeirão Preto partícula regional que integra a entidade 'Unegro', oito. A União de Negros e Negras pela Igualdade nasceu em um cenário de instabilidade política social e econômica, herdadas pela ditadura militar no Brasil. Dessa forma, a Unegro efetuando contra as políticas e ações de extermínio contra a população negra e na luta anti-racista, reivindicando direitos culturais, civis e políticos, na luta por uma sociedade livre da exploração de classe, raça e gênero.

Contudo, não foi possível encontrar atividades na página da iniciativa no "Facebook" em uma breve busca pelo nome da entidade na plataforma, foi possível localizar indicações de atuações de organização em Ribeirão Preto, a partir de um outro perfil, sendo "sindicato servidores municipais de Ribeirão Preto a realização de um evento intitulado por "conhecimento gerando empoderamento no combate à violência contra mulher". Conforme Pachá, a violência de gênero não discrimina classe social, grau de escolaridade, renda ou idade se apresenta como uma violência silenciosa, que afronta dignidade individual e corrói os valores e as estruturas das famílias (2008, p. 32 apud MORAIS; RODRIGUES; 2016, p. 93). Ademais, a violência contra a mulher se estabelece a partir das relações de poder, as expondo a condições de subalternidade, submissão e degradação, dessa forma, o combate dessas condições ocasionadas pelas dinâmicas de poder apresenta um empoderamento como caminho possível para a superação das desigualdades. Nesse sentido, para alcançar a igualdade, necessário que as mulheres também tenham acesso ao poder, portanto empoderamento aparece como possibilidade que viabiliza o rompimento da situação de violência em que se encontram (MORAIS; RODRIGUES, 2016, p. 98).

Portanto, o sentido de empoderamento se apresenta a partir de diferentes noções, sendo empoderamento psicológico, que indica retomada pelo indivíduo da capacidade de tomar suas próprias decisões, emoções e vida; o empoderamento político, o qual se baseia na participação ativa nas decisões que afetam determinado grupo social; e o empoderamento social, que se refere ao acesso ao conhecimento, à informação, à participação em organizações sociais e ao acesso a recursos financeiros (MORAIS; RODRIGUES, 2016, p. 99-100). Previamente, a Unegro Ribeirão Preto indica o empoderamento social como caminho para a mudança da realidade de violência, nesse sentido, o acesso ao conhecimento proporciona para mulheres em situação de vulnerabilidade a noção de que aquela realidade não é imutável. Dessa forma, o evento se apresenta já como um importante aparato para a guinada da realidade dessas mulheres, considerando que propõe diálogos com quem está inserido nesse tipo de realidade e conhecer os que podem auxiliar nesse processo.

Contudo, não foi possível localizar qualquer outra atividade realizada pela Unegro Ribeirão Preto através das redes sociais.

5.9 COLETIVO ABAYOMI

O Coletivo Abayomi, reúne homens e mulheres pretas, a fim de lutar em função de um objetivo em comum, indicado por eles sendo a liberdade completa da população negra. O grupo foi formado em 2014, e sua postagem inaugural no 'Facebook', foi possível identificar algumas requisições, pretensões e aspirações; segundo o coletivo, a articulação foi criada em decorrência das constantes injustiças cometidas ao povo preto, com ênfase na comunidade presente em Ribeirão Preto, nascem a partir de uma necessidade de reação. Ainda, indicam a realização de um programa político, o qual compreende oito pontos, os quais determinam a viabilização da imposição de seus integrantes perante a sociedade que os extermina, sendo esses: 1 - implementação de uma cultura emancipatória nas escolas; 2 - fim da violência e brutalidade policial contra a população negra; 3 – fim da superlotação carcerária e defesa de julgamentos justos e imparciais e políticas de ressocialização efetivas para a população periférica; 4 – respeito à cultura negra, aos seus símbolos, valores, religiões e tradições; 5 - aniquilação integral das amarras racistas e opressão de classe; 6 - valorização e resgate da cultura negra; 7 – investimento urgente e massivo na educação, saúde, transporte e moradia negra; 8 - políticas públicas sobre diversidade sexual e de gênero, garantindo o respeito e criminalizando discriminações.

O coletivo leva o nome de "Abayomi", como referência às bonecas pretas, customizadas sem cola e sem costura, feitas apenas com tecidos e nós. A boneca Abayomi comumente teve sua origem relacionada aos navios de tráfico negreiro em que as mães africanas, como ação para acalmar e distrair as crianças a bordo, rasgavam retalhos de tecidos pretos, pedaços coloridos de vestimentas e turbantes; as bonecas, por vezes, serviam como elemento não somente de distração, mas também amuletos de proteção. No entanto, a historiografia atual aponta que, em verdade, a boneca Abayomi tem sua origem nas mãos da artesã maranhense Lena

Martins em 1987; a artista aponta que o desenvolvimento das bonecas estiveram contextualizadas em momentos de movimentações sociais e políticas, tratava-se do ano que precedia os 100 anos da Abolição da Escravatura e do ano em que houve a organização do primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, Rio de Janeiro. Dessa forma, é em meio a movimentações socioculturais e políticas que surge a Abayomi.

Sobretudo, há de se referenciar que a boneca Abayomi passou a ser visualizada como símbolo de força e resistência da mulher preta, representa várias etnias do continente Africano e é compreendida como contribuição para o fortalecimento dos afrodescendentes, para eliminação do racismo e para a divulgação da cultura afro-brasileira (FERREIRA, 2018 p. 16). A partir das revisitas da historiografia atual, a Abayomi aparece também como elemento cultural realizado fora das correntes, representando incurssões que buscam contemplar as expressões da população preta para além das narrativas de suas mazelas. Dessa forma, nos foi possível relacionar a escolha do nome com a realidade do coletivo, considerando sua composição, em conformidade com os pontos principais de sua proposta de luta.

Em uma análise geral, foi identificado que o coletivo se empenha em reflexões acerca dos conflitos de raça, violência, cultura, entre outros. Embora a organização não seja cunhada estritamente por e para mulheres negras, foi possível identificar reflexões e atividades realizadas pensando na mulher preta como grupo e unidade. Em grande parte das reflexões e indagações localizadas, foi possível notar que o coletivo se debruça constantemente sob a denúncia do racismo e questões acerca da violência, em especial violência policial. No caso das mulheres, o coletivo veementemente denunciou o caso de Luana Barbosa dos Reis, mulher negra, mãe, lésbica e periférica morta em uma abordagem policial em Ribeirão Preto em 2019. A morte de Luana potencializou discussões que já eram fomentadas na rede social do coletivo acerca da violência policial acometida contra a população preta e periférica.

A violência aparece como aparato histórico, considerando que a mesma se apresenta em conotações diferenciadas, visto que em cada período são ditados

valores, crenças e costumes diversificados. Deste modo, a violência é entendida de maneira heterogênea de acordo com a cultura vigente de uma determinada época (GUIRALDELLI; ENGLER, 2007, p.12). Desde o início do processo de colonização e exploração do continente africano, a mulher preta tem sido afetada pela violência, seja simbólica, física, emocional ou psicológica. Essa violência foi tomando complexidade de acordo com as relações de poder que foram se estabelecendo, assim, as diferenças de gênero e de raça assumem posições de maneira que às mulheres negras se atribui menor valor do que às mulheres e homens brancos e homens pretos. Fica evidente que as mulheres pretas apresentam maior risco de serem objeto de violências por estarem situadas no lado fraco de suas hierarquias, a de gênero e a de raça. Ademais, aos obstáculos que enfrentam por serem mulheres e negras somam-se as desvantagens, compartilhadas pela maior parte dos negros, de se situarem nos segmentos mais desprovidos de recursos básicos e de direitos de cidadãos (SUARÉZ, 1998, p. 109 *apud* GUIRALDELLI; ENGLER, 2007, p.16-17).

No Brasil, a violência policial ocasiona um medo dupla na população: o medo da criminalidade e o medo dos agentes da ordem do Estado. O país tem sido considerado uma espécie de “democracia incivil” devido a “combinação de uma política democrática e a violência sistemática contra [seus] cidadãos” (Caldeira e Holston, 1999, p. 692 *apud* FRENCH, 2017, p. 12). Pode-se ressaltar que a sociedade brasileira enfrenta um abuso policial predominante que vitimiza os mais pobres e não-brancos de formas explicitamente racistas (FRENCH, 2017, p. 12). O caso de Luana Barbosa conversa com essas duas nuances e está diretamente ligada ao genocídio da população negra; sua morte mobilizou toda a comunidade em revolta e requisição pelo fim dessa política de extermínio e justiça para as famílias devastadas. Contudo, o coletivo se mostrou bastante ativo nas atualizações sobre os andamentos do caso e na divulgação de manifestações que ocorreriam.

Em homenagem a Luana, a organização iniciou o desenvolvimento de um grupo de estudos nomeado por ‘Grupo de Estudos Luana Barbosa dos Reis: identidade, memória e cotidiano’, aberto ao público. A sua proposta foi reunir em uma praça pública de Ribeirão Preto diferentes temas pertinentes para a população negra. Foi

possível localizar somente um evento do grupo de estudos, com a temática de 'apropriação da cultura negra. Essa proposta dialoga com o núcleo central do grupo de estudos, circunscrita nas abordagens de 'identidade, memória e cotidiano ', considerando que elementos de uma cultura suscitam suas identificações, subjetividades e memórias, bem como dialoga com as relações de poder e racismo. Conforme William, frente à apropriação de suas culturas, meninos e meninas negras assistem a uma verdadeira distorção e descontextualização dos elementos culturais de seu povo e uma completa desvalorização de suas tradições. Portanto, o esforço antirracista deve passar pela luta contra todas as suas práticas, pelo respeito à diversidade humana e, principalmente, pelo fim de todas as formas de colonização (2019, p.90-91). Nesse sentido, a partir de Fanon (1980), William (2019) indica a apropriação como uma nova forma de racismo, tendo em vista, que sua prática se inicia a partir da eliminação da cultura originária, de maneira a esvaziar-la de sentidos.

O Coletivo Abayomi realizou algumas reflexões acerca da sexualização de mulheres negras, em especial, ocasionada por homens brancos. Em contemplações em época carnavalesca, o grupo reitera que os corpos nas mulheres pretas não são objetos que aparecem apenas no carnaval para a satisfação dos desejos da branquitude, enquanto no restante do ano elas são preteridas. Essa relação de objetificação e preterimento pode melhor ser entendida a partir da noção de que somos fruto de uma nação que foi historicamente construída através de atos de violência, violência sexual. Somos fruto de estupros. Nesse sentido, a miscigenação, alvo de tantos louvores pela famigerada democracia racial, é fruto de estupros de mulheres negras e indígenas que foram violentadas, usadas com objeto de satisfação sexual (TEIXEIRA; QUEIROZ, 2017, p.4). É nessa frequência que a mulher preta aparece nas relações de poder estabelecidas pelo racismo, como objeto para a satisfação de seus desejos nefastos, ao passo que lhe é negada e retirada os sentidos de humano. Dessa forma, o coletivo abre esse espaço para a reflexão e chama a branquitude para fazer o mesmo, de maneira a exigir respeito e dignidade.

Ademais, foi possível localizar eventos para mulheres negras em um festival realizado pelo coletivo intitulado 'Festiva Abayomi', com atividades como oficinas e lives

culturais. Acerca do evento cultural, o coletivo promoveu a apresentação de mulheres que tocavam instrumentos de percussão; as atividades empreendidas foram acompanhadas de reflexões acerca da participação das mulheres pretas na sociedade. No caso das oficinas, foram realizadas duas: a 'Oficina de Adornos' e a 'Oficina Mamãe Tranca Meu Cabelo'; com relação ao primeiro evento, o objetivo se apresentou a partir da intenção de transportar para a linguagem contemporânea o design estético de resistência que as mulheres negras desenvolveram no período colonial, ao passo que na segunda oficina, o objetivo estava em ensinar penteados para pais e mães, para que esses pudessem reproduzir em seus filhos. Ambos eventos dialogam diretamente com noções de autoestima, memória e identidade, considerando que por vezes trancar os cabelos significava formas de subsistência para mulheres em situação de escravidão, bem como assumir a naturalidade de seus fios hoje aparece como até político. Conforme William (2019, p. 76) o cabelo e o corpo devem ser percebidos como instrumentos de afirmação política, considerando que se trata de um legado da ancestralidade, é memória, é resistência.

Contudo, diante de sua composição geral, o coletivo apresentou breves propostas ou reflexões acerca da questão feminina. Através dessa análise, ainda foi possível identificar qual a postura e os pensamentos da organização frente a realidade da mulher negra brasileira, bem como quais foram suas incursões e atividade planejadas, pensando nas mulheres pretas de Ribeirão Preto.

5.10 FRENTE FEMININA DE HIP HOP DE BAURU

A Frente Feminina de Hip Hop de Bauru foi formada em 2013 e reúne mulheres da região, as quais detêm o intuito de promover a figura feminina na cultura Hip Hop, de maneira a divulgar seus trabalhos e potencializar a trajetória artística das mesmas. A organização, por meio de suas redes, demonstra comprometimento com diferentes causas, abarcando questões como a causa da mulher em sua essência e demandas diante de um contexto patriarcal e dominador, questões raciais em sua totalidade e dentro de discussões interseccionais de raça, gênero e classe, questões acerca da juventude e sua vulnerabilidade social e entre outros. Sobretudo, a Frente possui um

comprometimento primordial com a questão cultural, no entanto, foi possível notar que seus empreendimentos permeiam não somente o referido cenário de forma limitada, mas se preocupam em situar tais questões histórica, social e culturalmente.

Através da análise das primeiras postagens da Frente em sua página no 'Facebook', foi possível notar que em primeiro plano, no campo prático, a organização se estendia ao movimento cultural, de maneira a buscarem promover não somente trabalhos femininos no campo do Hip Hop, mas produções em geral. A Frente já demonstrou de início que suas propostas gerais estão revestidas da busca da descriminalização da cultura de rua e periférica; dessa forma, passam a promover eventos culturais de músicas e dança com diferentes artistas, a fim de conscientizar e desmistificar tais manifestações culturais. Além do componente entretenimento, os eventos sempre carregaram debates e reflexões acerca do lugar social dos indivíduos e contestações acerca às ordens vigentes. Tais eventos obedeceram a essência reivindicatória do movimento Hip Hop, o qual "cresce e amplia seu sentido como cultura, como arte, mas uma arte carregada de sentido, uma cultura vinculada à contestação, manifestação de inconformismo" (FOCHI, 2007, p. 67).

Foi possível identificar as diferentes áreas e modos de atuação da organização, que foram para além do campo ideal; afora a promoção dos eventos, a Frente teve seu desempenho através de rodas de conversa, oficinas, cinefóruns e debates. Em um parâmetro geral, foi possível observar que grande parte das ações da organização foram empreendidas para dialogar, sobretudo, com o público juvenil. Embora as atividades fossem designadas para o público geral, há de se relevar que as propostas conversavam diretamente com o público jovem, seja através das atrações musicais ou chamadas para oficinas de grafite, street dance, breaking e entre outros. Não somente em espaços públicos, a Frente também realizou atividades em Escolas Estaduais de Bauru, através da exibição de filmes e promoção de eventos musicais e de dança, acompanhadas de reflexões e debates.

Para tanto, foram selecionadas duas ocasiões empreendidos na Escola Estadual Stela Machado, com o cinefórum, e na Escola Estadual Ada Cariani Avalone

Prof^{a.}, com atrações musicais e de dança. No caso do cinefórum, a Frente indicou que as pautas debatidas com os jovens estiveram permeando questões acerca de padrão de beleza, violência sexual e vulnerabilidade social; no caso da atração musical, foi possível notar reflexões acerca de autoestima e preconceito. Tais empreendimentos demonstraram preocupações duplas acerca de um mesmo elemento, neste caso, preocupação da escola, enquanto instrumento do Estado, e da Frente, enquanto organização social, para com os jovens e suas vulnerabilidades dentro e fora do campo estatal.

A escola, enquanto instrumento de transformação, precisa se preocupar para além das atividades empreendidas dentro do seu espaço físico, mas em aproximar e atrair o aluno com atividades que o mesmo faz fora desta. Nesse sentido, a escola como ferramenta de potencialização e inclusão social e cultural, deve conhecer os desejos e ocupações de seus alunos enquanto no exterior da escola. Compreendendo suas expressões sociais e culturais, a promoção de eventos como os realizados pela Frente nas escolas referenciadas, contribuiu não somente para o debate e reflexão, mas auxilia a escola no avanço do espaço que não somente ensina e capacita, mas acolhe, entende e transforma. O desenvolvimento dessas ações denota o reconhecimento empreendido pela Frente acerca da vulnerabilidade social acometida aos jovens em seu amplo sentido, abarcando a subjetividade de cada indivíduo mediante as suas respectivas realidades empíricas e simbólicas, assim, a condução de reflexões que visem a conscientização dos jovens, bem como a contribuição para a construção de sua criticidade, demonstra um importante conhecimento, pela Frente, da realidade social em que se assentam.

O engajamento com a comunidade é notório a partir da análise dos eventos desenvolvidos pela Frente, manifestados através da promoção de cursinhos pré-vestibulares, saraus, oficinas de diversos segmentos como Capoeira, Free step, grafite, Breaking, Kizomba, Kickboxing, MC, DJ, entre outros. Embora não haja um público-alvo prescrito, as rodas de conversa ofertadas indicam para com quem os diálogos se estabelecem de maneira central, além de denotar o reconhecimento da realidade social e momento histórico que estão circunscritas, como no caso da roda

de conversa desenvolvida em 2019, intitulada por: “Quem deve viver e quem deve morrer: A necropolítica do atual desgoverno”, cuja proposta era refletir sobre os retrocessos da conjuntura política nacional. Neste caso, se pode notar a estruturação das emanações da esfera nacional sob a regional, assim, ao promoverem discussões revestidas de tais propostas, nos possibilita a reflexão de que o levantamento de tais diálogos encaminha os indivíduos não somente à apreensão da criticidade acerca das movimentações políticas e sociais, mas também se reconhecerem nos discursos das ordens vigentes. Além de refletirem que tais discursos, embora proferidos por aqueles que estão simbolicamente distantes, ainda assim influenciam e atribuem impactos e danos na vida cotidiana de diferentes indivíduos.

Ainda dialogando com as necessidades e potencialidades da comunidade, a Frente também participou da organização de um desfile de moda, intitulado por “Favela Fashion Zic”, o qual buscava promover empreendedores da região, como estilistas, costureiros, cabelereiros e trancistas. A participação da Frente na organização releva discursos acerca da descriminalização da periferia, que são veementemente reforçados em suas redes e se apresentaram como uma das discussões centrais do Hip Hop, considerando que se trata de um movimento que detêm componentes estético-corporais a partir de elementos-signos em suas vestimentas, técnicas corporais e de linguagem (ALVES; CHAVES; OLIVEIRA, 2016, p.43).

Tais maneiras “peculiares de expressão” se apresentaram como uma oposição diante de uma sociedade excludente e estigmatizadora, que reafirma uma condição de marginalidade que os diferencia de uma massa (ALVES; CHAVES; OLIVEIRA, 2016, p.43). Essa estigmatização tem passado por mudanças e sofrendo cada vez mais repressão, no entanto, ainda não experimentou a linha final para sua inexistência e são empreendimentos como os da Frente que contribuíram para com esse processo de compreensão e naturalização das diferentes formas de manifestação e expressão da cultura.

Questões de autoestima também apareceram como fundamentos de preocupação para a Frente, fator que é notório a partir do compartilhamento de postagens que refletiram acerca da aceitação, beleza, ancestralidade e Africanidade. Nessa perspectiva, a Frente também realizou, em 2015, um evento intitulado por “1° Encontro das(os) Crespas(os) e Cacheadas(os) de Bauru”, o qual tinha por objetivo estimar não somente cabelos crespos e cacheados, mas toda emanção e traços de biótipo de mulheres, homens e crianças pretas. Contou com discursos sobre autoestima e aceitação, além de contribuir com debates acerca do racismo e apropriação cultural. O encontro possuiu uma página ativa no ‘Facebook’ e através de tal plataforma, as pessoas estiveram possibilitadas de contribuir com perguntas, reflexões e fotos, antecedentes ou posteriores ao evento, demonstrando então certo caráter democrático e participativo do evento.

Embora diversas atuações da Frente reflitam a comunidade em geral e busque empreender iniciativas que atinjam o público em geral, sua proposta central está intimamente ligada a questão da mulher. Em um plano geral, é possível notar que as incursões realizadas pela organização estavam sob o recorte da perspectiva de gênero, sejam nas reflexões realizadas através do perfil no ‘Facebook’, ou nos eventos realizados. A Frente indicou sua busca em fortalecer e promover o trabalho de mulheres dentro e fora do Hip Hop e denotam a importância do enriquecimento crítico, identitário e de autoestima dessas mulheres através da viabilização de rodas de conversas, debates, oficinas e cursos, entre outros.

O componente em especial ao refletir a questão feminina proposta pela Frente, é a sua reflexão a partir da figura da mulher dentro do Hip Hop, movimento esse caracterizado pela forte e predominante presença masculina. Tal frequência segue dificultando a existência e permanência de mulheres nesse meio cultural. Como elemento de caráter histórico, a ausência de mulheres na cena se explica pela noção de que o Hip Hop está relacionado a cultura de rua, fator que afasta historicamente as mulheres, considerando que a elas só foram reservados os

espaços domésticos. Nesse sentido, a rua estaria associada ao perigo, assim, se vinculando fortemente ao mundo masculino. Portanto, a chamada ‘cultura de rua’ estaria mais associada aos meninos do que as meninas (NOVAES, 2001, p. 70). A Frente mesmo indicou a presença, embora mínima, de mulheres no cenário do Hip Hop em seus desenvolvimentos iniciais; indagam a presença de mulheres no movimento cultural desde seus primórdios, embora a elas tenham sido relegadas as lembranças e reconhecimentos.

As integrantes dedicaram reflexões acerca da influência feminina na cultura Hip Hop por meio de postagens e eventos, como realizado em 2019 no SESC de Bauru, intitulado por “O que é ser Frente: mulher no Hip Hop, antes espectadoras e hoje protagonistas”, o qual contemplou a importância das mulheres em produções e nas vivências dentro dessa cena. Mediante os desafios enfrentados para existirem dentro pelo movimento, essas mulheres se veem em constante necessidade de criar aparatos como estratégia de inserção e sobrevivência dentro da cultura Hip Hop, aderindo a condições como utilize vestimentas que ocultem atributos femininos, ou aderirem a de comportamentos comumente atribuídos aos homens (LANÊS; ZANETTI, 2008, p. 9). Trata-se de um ambiente por vezes hostil a influência feminina, de forma que, com frequência, é imposto a elas a atividade de renovar os meios para sua subsistência no Hip Hop. Outro fenômeno que viabiliza essa inserção e permanência é o uso dos meios de comunicação, os quais potencializam a visibilidade dessas mulheres através de seus trabalhos, portanto, redes sociais, programas de TV e rádio contribuem para com esse avanço (LANÊS; ZANETTI, 2008, p. 9).

Nesse sentido, a Frente realizou contribuições primordiais na atuação das mulheres dentro da cultura do Hip Hop, sendo através da promoção da visibilidade de seus trabalhos, ou na contribuição para com o debate acerca da importância e desafios enfrentados nesse cenário. Posto isto, foi possível analisar as formas pelas quais a articulação organiza tais discussões, a fim de abarcar questões da mulher em sua totalidade, visto que sua proposta geral previu considerar mulheres de dentro e fora do movimento Hip Hop e promover dignidade para as mesmas. Foram localizadas,

através das postagens, agendas preenchidas com reuniões, rodas de conversas e encontros, os quais de tiveram diferentes pautas em discussões, como a questão do feminicídio, descriminalização do aborto, direito de escolha, identidade de gênero, entre outros.

A Frente demonstrou assumir compromisso com toda a trajetória histórica das mulheres. Por vezes, indicam contemplar reflexões acerca de como as mulheres assumem suas origens no passado e no presente e como se reconhecem diante disso. Grande parte de suas reflexões demonstraram estarem direcionadas a mulheres vulneráveis social e economicamente, em sumo, mulheres negras. A questão racial demonstrou assumir engrenagem fundamental nas mobilizações empreendidas pela articulação, segundo elas, o racismo não aparece como recorte, mas como tema central. Para tanto, há de se relevar as atividades desenvolvidas por elas e as discussões que as permearam, assim, foi possível localizar eventos com a participação de integrantes da Frente, como no já mencionado projeto “Juventude em foco”, realizado em 2019 no SESC de Bauru, em que também foi realizado um bate-papo intitulada por “As obras negras são palpáveis: produção literária das mulheres negras”, em que se refletiu sobre autoras negras, concomitante a suas obras, contextualizadas de acordo com o seu espaço e tempo, e a importância e desafios enfrentados por essas mulheres no espaço literário e acadêmico.

As referidas reflexões foram acompanhadas de incentivos de leitura dessas autoras, para tanto, a Frente não ficou circunscrita ao campo ideal das reflexões teóricas. Na prática, elas desenvolveram um projeto nomeado por “Leia Mulheres Bauru” o qual se trata de um clube de incentivo a leitura de obras escritas por mulheres. De acordo com as reflexões suscitadas e atividades propostas, a articulação demonstrou entender as condições em que as mulheres foram submetidas historicamente e os espaços em que as foram reservados e limitados, considerando que, por muito tempo, a escrita e o saber estiveram relacionados às relações de poder, dominação e exclusão de vozes que tentaram ecoar algum som em meio ao silêncio que era imposto para que se mantivesse a ordem social em uma sociedade de base falocêntrica, patriarcal, machista, racista e sexista (TEDESCHI, 2016,p. 154-155).

Diante disso, há de se relevar esse reconhecimento e preocupação acerca de cessar limites, ocupar espaço e se reconhecer na história e no presente.

Ainda sobre a questão racial, pensando na proposta central da Frente, se configurando através do Hip Hop, conversou diretamente com o racismo, considerando que o referido movimento cultural esteve, desde a seu início, ligado ao povo e a cultura negra, prevendo denunciar e lutar contra o racismo a partir da cultura. Assim, tanto o movimento Hip Hop, quanto os trabalhos empreendidos pela Frente apresentaram grande importância no estabelecimento de diálogos e reflexões acerca da situação do negro no Brasil e no mundo, bem como as ressonâncias do racismo no cotidiano da comunidade preta.

Dessa forma, foi possível notar que a Frente demonstrou preocupações acerca da conscientização da questão racial, trazendo reflexões que conversam com a população em um parâmetro geral, no entanto, tais incursões em grande parte demonstram estarem vinculadas a diálogos comprometidos com e para a comunidade preta e jovem do município de Bauru. Para tanto, a organização empreendeu eventos, cursinhos, debates e bate-papos para discutir questões que reverberam através do racismo. Nesse sentido, podemos relevar o cursinho ofertado para refletir questões de afetividade, autoestima, solidão e auto percepção do negro, intitulado por 'Afetividade Negra Revolucionária Nossa Existência'.

Debates acerca da afetividade para com os corpos negros têm tomado força nos últimos anos, nessas discussões, são refletidas questões acerca das relações afetivas que pessoas pretas mantêm consigo mesmas e como se relacionam com outrem, ao passo que também se discutem como os corpos negros são percebidos e acolhidos afetivamente pela sociedade. As percepções e significados sociais sofrem influências econômicas, culturais, políticas e raciais, dessa forma, comumente correspondem a uma ideologia dominante, assim, embora pareça que as escolhas afetivas estão circunscritas à vida privada, é impossível negar que o regime escravocrata, que durou quase quatro séculos, não tenha afetado as percepções sociais daquilo que é belo, virtuoso e digno de amor (OLIVEIRA; SANTOS, 2018, p.

16). É nessa frequência que corpos pretos permanecem marginalizados e criminalizados, aos homens e mulheres negras são negados o direito de serem amados, tendo sua imagem constantemente afetada pela degradação promovida pelo racismo, a partir do processo de desumanização e demonização de seus corpos. Embora não seja possível localizar através das redes quais foram as discussões empreendidas neste curso, podemos assumir a importância do teor da conversa, considerando que parte de uma iniciativa que busca refletir como o racismo reverbera na auto percepção e autoestima de pessoas pretas, de maneira que tal fator altere a forma pela qual elas se relacionam afetiva e amorosamente com outrem, de maneira a buscarem empreender mecanismos para superar tais manifestações.

A Frente Feminino de Hip Hop de Bauru também ministrou uma roda de conversa intitulada por 'As obras negras são palpáveis: a produção literária de mulheres negras', em que foram discutidas questões acerca do apagamento de mulheres negras na indústria literária e os desafios enfrentados pelas mesmas nesse cenário. O debate é contundente com a realidade atual vivenciada por autoras negras, as quais ainda passam pelo processo de apagamento de suas contribuições na literatura e no campo intelectual. Esse processo de silenciamento pode ser analisado a partir da noção interseccional, contemplando as ressonâncias da opressão a partir das circunstâncias de gênero, raça e classe, nesse sentido, as contribuições aparecem a partir de fatores como dominação masculina, que inferioriza as mulheres intelectual, social e economicamente; a questão do letramento (LIMA; BORGES, 2014 *apud* REGÔ; RIBEIRO, 2018, p. 210), o qual somente era permitido a sujeitos homens e a condição racial, pensando em mulheres negras e indígenas, que não possuem privilégios sociais (REGÔ; RIBEIRO, 2018 p. 210). Portanto, o evento contribuiu tanto para a refletir sobre como as mulheres negras são assentadas dentro da indústria literária por significância históricas, sociais e raciais, bem como em promover as mesmas e fazer ligação de nomes que já são conhecidos, mas que tem seu componente racial desvinculado de suas obras.

Sobretudo, a Frente Feminina de Hip Hop de Bauru findou suas postagens no 'Facebook' em novembro de 2019, indicando o desfile já mencionado 'Fashion Zic',

podendo indicar uma interrupção ou cessar das funcionalidades da Frente. Há de se relevar que, através da análise geral das atividades empreendidas e divulgadas na rede, o ano de 2019 foi o ano que mais compreendeu ações no campo social e prático das propostas, anteriormente a essa marca, as ações sociais eram visíveis, mas não tão numerosas quanto os empreendimentos culturais, nesse sentido, podemos indicar que a organização interrompe suas atividades em um momento profícuo tanto para si, quanto para a comunidade. Contudo, até o momento de inatividade, podemos concluir que a Frente trouxe elementos frutíferos para a população bauruense, principalmente a população jovem, preta e periférica, demonstrando uma estimada ambição em transformar realidades através da criticidade, do autoconhecimento e da cultura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foi possível conhecer os coletivos a partir de sua gênese, de maneira a compreender quais foram as inquietações que sequenciaram a sua composição e como esses fatores permearam as atividades que essas mulheres empreenderam na comunidade em que se inserem, e na vida de outras mulheres pretas, integrantes ou não do movimento e coletivos. Foi possível localizar os incômodos que mobilizaram as suas articulações no campo prático, com ações comprometidas com a transformação de realidades e a promoção de rede de diálogos e debates críticos.

Há de se considerar a ausência de materiais que possibilitassem o detalhamento das discussões, embates e conclusões promovidas nos encontros e eventos realizados. O conhecimento dos mesmos só foi possível a partir de convites que os coletivos redigiram ao público que os acompanha, e as considerações acerca dos objetivos e finalidades dos encontros foram identificadas por meio das descrições desses convites. Embora tendo conhecimento acerca da temática e objetivo central dos eventos, há de se frisar a impossibilidade de analisar como os embates aparecem e como e por quem eles foram desenrolados, como foram estabelecidas as mediações dos diálogos e quais foram as bases teóricas utilizadas. A reflexão a respeito desses

encontros ficou restrita ao conhecimento das temáticas e objetivos centrais, de maneira a fazer ligações gerais dos temas com a realidade dessas mulheres, a partir de discussões comumente promovidas segundo o eixo raça, gênero e classe social.

Foi possível notar que os perfis examinados apreenderam a importância essencial das redes sociais como um considerável meio de difusão e propagação de ideias. Nesse sentido, fazem uso da ferramenta para se comunicarem com o público que já detinham e para atingirem mais pessoas. Acerca da propagação de ideias, as redes são utilizadas não somente para a emissão de convites e compartilhamento de reflexão, mas também para realizar denúncias e notas de repúdio, além de divulgar projetos.

Pode-se destacar entre os coletivos uma atuação democrática. Embora distintos em suas localidades e disposições, estes buscam empreender diálogos e escutas ativas e recíprocas de modo a estabelecer debates amplos e auto gestados, priorizando o trabalho conjunto em meio a diversidade e intempéries, e a construção de reflexões e ações de combate ao racismo, machismo, sexismo e a pobreza. Além, há de se enaltecer o caráter democrático das redes sociais analisadas, considerando que todas possuem ferramentas de comentários abertas para publicações de terceiros, a fim de viabilizar a livre expressão de opiniões.

Ademais, a pesquisa ainda possibilitou identificar quais foram as necessidades sociais que mais impulsionaram cada coletivo. Nesse sentido, embora as ações estivessem assentadas a partir das circunstâncias da intersecção de raça, gênero e classe, foi possível observar que cada coletivo usou estratégias distintas para atender as mulheres de suas regiões e realizou ações a partir de intervenção culturais, políticas, intelectuais, dentre outras. Assim, foi possível identificar o conhecimento, por meio dos coletivos, das mazelas e dificuldades comuns que unem mulheres pretas, mas também as suas singularidades, seus desejos, vaidades, ambições, potencialidades, conhecimentos, afetos e realidades que as distinguem uma das outras.

FONTES

Frente De Mulheres Negras De Campinas e Região (Campinas – São Paulo)
Feminismo Negro Interseccional Campinas - Coletivo Lélia Gonzalez (Campinas – São Paulo)
Psico Pretas Campinas (Campinas – São Paulo)
Núcleo de Consciência Negra da Unicamp (Campinas – São Paulo)
Coletivo Pós-Graduação IFCH Unicamp - Leilane Assunção (Campinas – São Paulo)
União das Pretas – RP (Ribeirão Preto – São Paulo)
Unegro Ribeirão Preto (Ribeirão Preto – São Paulo)
Coletivo Abayomi (Ribeirão Preto – São Paulo)
Coletivo Negro USC (Ribeirão Preto – São Paulo)
Amigos do Centro Afro Araraquara (Araraquara – São Paulo)
Frente Feminina de Hip Hop de Bauru (Bauru – São Paulo)

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Julia. Mobilizações feministas negras na crise da democracia: um estudo de caso com a Frente de Mulheres Negras de Campinas e Região. In: 44º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT26. **Movimentos sociais: protesto e participação**. [s.l], 2020.

ALCÂNTRA, Monaliza; Silva, Paulo Roberto. Uma investigação sobre as trajetórias de mulheres negras na universidade pública. **Revista Amazônica**. v. XXV, n. 2, p. 127-163, 2020.

ALVES, Heliana; Oliveira, Natasha; CHAVES, Aline. “A gente quer mostrar nossa cara, mano”: hip hop na construção de identidade, conscientização e participação social de jovens em situação de vulnerabilidade social. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 24, n. 1, p. 39-52, 2016.

AZEVEDO, Mariana; MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Homens e o Movimento Feminista no Brasil: rastros em fragmentos de memória. **Cad. Pagu** [online]. 2018, n.54. Dez 20, 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. Ramon Todas as Vozes. Disponível em:
https://publico.camamaribeiraopreto.sp.gov.br/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=323. Acesso em: 10 fev. 2022.

CARDOSO, Cláudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133. Dez. 2003.

CHAVEIRO, Maylla. **Cabelos crespos em movimento(s): infância e relações étnico-raciais**. 2020. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10, 1º semestre, 2002.

COMMETI, Anny. Artesã revela a real história das bonecas Abayomis que serão tema de desfile. **A Gazeta**. Disponível em:
<https://www.agazeta.com.br/colunas/ziriguidum/artesa-revela-a-real-historia-das-bonecas-abayomis-que-serao-tema-de-desfile-0322>. Acesso em: 25 nov. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online], vol.12, n.23, pp.100-122, 2007.

FERREIRA, Marleide. **Abayomi: “amarrando os nós da cultura afrodescendente”**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

FOCHI, Marcos. Hip hop brasileiro Tribo urbana ou movimento social. **FACOM**, n. 17, 2007.

FRENCH, Jan Hoffman. Repensando a violência policial no Brasil: desmascarando o segredo público da raça. **Revista TOMO**, n. 31, jul/dez, 2017.

GOMES, Nilma L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educ. Pesqui.** Vol 29 n°1, São Paulo, Jan/Jun, 2003.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen. Mulher negra e violência: dilemas atuais. **Serviço Social & Realidade**, Franca, 16(1): 205-223, 2007.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. **Racismo genderizado**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, p. 93-109, 2019.

KRAUSS, Juliana Souza; ROSA, Júlio César da. A importância da temática de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas. **Antíteses**, Londrina, PR, v. 3, n. 6, p. 857-878, jul./dez. 2010.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO Danusa. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Atas – Investigação Qualitativa na Educação**. v. 2, p. 243-247. 2010.

MANZINI, Rhaíssa. **A dupla penalização das mulheres encarceradas no Brasil. Projeto de Pesquisa Científica**. Paraná, Curitiba 2021.

MBEMBRE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo, n.1, 2018.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MIGLIORIN, Cezar. O que é um coletivo. **Liv & Ingmar, Teia, Dizer o Indizível**. Rio de Janeiro, 2012.

MONSMA, Karl. Racialização, racismo e mudança: um ensaio teórico, com exemplos da pós-abolição paulista. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2013.

MORAIS, Milena; RODRIGUES, Thais. Empoderamento feminino como rompimento do ciclo de violência doméstica. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 16, n. 1, p. 89-103, jan/jul. 2016.

NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo: um conceito emergente do processo histórico-cultural da população afrobrasileira. In: NASCIMENTO, Elisa (Org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 197-218.

NASCIMENTO, E. L. **O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil**. São Paulo: Summus, 2003.

NOVAES, Regina Reyes. “Hip Hop: o que há de novo?” In: **Proposta – Revista Trimestral de Debate da FASE – Novas ONGs, novos desafios**. Rio de Janeiro: FASE. Ano 30. Setembro/ Novembro de 2001. p. 66-83.

OLIVEIRA, I. de M.; SANTOS, N. C. S. SOLIDÃO TEM COR? Uma análise sobre a afetividade das mulheres negras. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 9–20, 2018. DOI: 10.17564/2316-3801.2018v7n2p9-20. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4463>. Acesso em: 11 set. 2022.

UNIÃO DAS PRETAS. [Sem título]. Ribeirão Preto. 2 fev. 2020. Instagram: @uniaodaspretasrp. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B8FozcPF1C/>. Acesso em: 5 fev. 2022.

RIBEIRO, Nathalie; RÊGO, Safira. O “silenciamento” da voz negra feminina: uma análise discursiva da obra de Maria Firmina dos Reis. **Cardernos Cajuína**, v. 4, n. 1, 2019, p. 208-231.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 445-456. Dez. 2010.

SARTI, Cynthia. “Feminismo no Brasil: uma trajetória particular”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 34, p. 38-47, 1988.

SILVA, Sidélia. Articulação feminista em Campinas SP uma reflexão sobre interseccionalidade e paridade política. **Conference: Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais**, v. 4. São Paulo, 2007.

SOUSA, Bárbara. **A importância da representatividade para os grupos minoritários: uma revolução na construção de identidades**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Paraíba, 2020.

STEPAN, NL. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, pp. 330-391. ISBN 978-85-7541-311- 1. Available from SciELO Books.

TEDESCHI, Losandro. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. **Raído**, Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. 2016

TEIXEIRA, Maria; QUEIROZ, Josiane. Corpo em debate: a objetificação e sexualização da mulher negra. SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES. **Anais**. Universidade Federal do Pará. Pará, 2017.

TODAS AS VOZES. **Mulheres ocupando a política: Sheila Brandão**. Ribeirão Preto, São Paulo. 13 ago. 2020. Facebook: @todasasvozesrp. Disponível em: <https://www.facebook.com/todasasvozesrp/videos/2761279970775094/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

TODAS AS VOZES. **Por que nos tornamos co-vereadoras?**. Ribeirão Preto, São Paulo. 27 out. 2020. Facebook: @todasasvozesrp. Disponível em: <https://www.facebook.com/todasasvozesrp/videos/357591808650154>. Acesso em: 06 fev. 2022.

VEIGA, Lucas. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação Cultural**. São Paulo: Editora Jandira, 2020.

ZANETTI, Julia, LÂNES, Patrícia. Jovens no feminismo e no Hip Hip na busca por reconhecimento. In: **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, Porto Seguro, Bahia, 1-4 de junho de 2008.